

MESTRADO EM TRADUÇÃO E SERVIÇOS LINGUÍSTICOS
[TRADUÇÃO ESPECIALIZADA]

**Relatório de estágio na empresa TIPS –
Tradução, Interpretação e Prestação de
Serviços, Lda.
A tradução e a linguagem inclusiva**

Mariana Pimenta Pinto

M

2024



Mariana Pimenta Pinto

**Relatório de estágio na empresa TIPS –
Tradução, Interpretação e Prestação de
Serviços, Lda.
A tradução e a linguagem inclusiva**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos,
orientada pela Professora Doutora Maria Joana de Sousa Pinto Guimarães de Castro
Mendonça

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

A quem, como eu, acredita num mundo governado pela empatia.

Sumário

Declaração de honra	6
Agradecimentos	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Índice de Tabelas.....	10
Índice de Gráficos.....	11
Glossário.....	12
Lista de abreviaturas e siglas.....	13
Introdução.....	14
1.Percorso académico até à realização do estágio	16
1.1. Percorso académico e motivações para a realização de um estágio curricular.....	16
1.2. A escolha da empresa.....	17
1.2.1. Apresentação e descrição da empresa.....	18
1.2.2. Processo de candidatura e seleção.....	18
2.Dados sobre o estágio curricular.....	19
2.1. Duração, horário e regime.....	19
2.2. O dia de trabalho	19
2.3. Trabalhos realizados.....	21
2.3.1. Áreas de trabalho	26
2.3.2. Tipologia de documentos	28
2.3.3. Ferramentas de apoio à tradução	29
2.4. Desafios	30
2.5. Apreciação geral do estágio	32
3.A linguagem inclusiva.....	32
3.1. Contexto histórico-social da linguagem inclusiva e enquadramento teórico.....	38
3.2. Estratégias para uma linguagem inclusiva	47
3.2.1. A linguagem inclusiva em textos jurídicos e médicos.....	58
Considerações Finais	69
Referências Bibliográficas	71
Anexos.....	76
Anexo 1 – Lista de trabalhos realizados.....	77

Apêndices	94
Apêndice 1 – Protocolo de Estágio	94
Apêndice 2 – Plano de Estágio	99
Apêndice 3 – Declaração de conclusão de estágio curricular	100
Apêndice 4 – Autorização de utilização de material para o relatório de estágio curricular...	101
Apêndice 5 – Nota de confidencialidade	102

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) do presente relatório.

Póvoa de Varzim, setembro de 2024

Mariana Pimenta Pinto

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha família, nomeadamente os meus pais, o meu irmão, Tiago, e os meus avós, que sempre me incentivaram a seguir a felicidade e que me acompanham no sucesso e na dificuldade.

Ao meu companheiro, Alexandre, pelo seu amor, carinho e cumplicidade, e por incitar em mim a vontade de ser um melhor ser humano todos os dias. Às minhas grandes amigas Maria, Mariana, Mathilde, Renata e Sofia, cuja amizade foi essencial, não só à experiência deste mestrado e estágio, mas também nas restantes peripécias da vida; e a todas as pessoas com quem me cruzei e cuja partilha da existência neste insólito planeta eu tanto aprecio – Persis, Inês, Bruno, Joana, Fabrizio, e as pessoas do MTSL –, que no seu conjunto contribuem diariamente para o meu desenvolvimento pessoal.

A toda a equipa da TIPS – o Doutor Félix do Carmo, a Mestre Gisela Couto, a Mestre Sónia Lopes, o Dr. Sérgio Lira, a Mestre Suzana Simões, o Mestre Diogo Gonçalves, a Mestre Joana Magalhães, a Mestre Bárbara Oliveira e a Mestre Rita Castro –, pelo acompanhamento e supervisão deste estágio com o maior profissionalismo, cuidado e paciência, fazendo-me sentir em casa num espaço de tempo tão curto e deixando claro que não teria havido melhor equipa com quem dar os primeiros passos no mundo da tradução.

À minha orientadora de estágio, a Professora Doutora Joana Guimarães, pelo seu apoio e pela sua presença calma e boa disposição ao longo dos dois anos de mestrado e durante a orientação do presente estágio.

Finalmente, ao meu amigo e colega de estágio, Isaac, que me acompanhou nesta primeira aventura no mundo da tradução com serenidade, empatia e humor.

Ficar-vos-ei eternamente agradecida.

Resumo

O presente relatório analisa o estágio curricular realizado na empresa TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda., tendo em vista a conclusão do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Recorrendo a esta experiência de estágio curricular, são apresentados os dados relativos aos vários trabalhos realizados e expostos os seus principais desafios, dando especial atenção à aplicação de uma linguagem inclusiva, cuja tendência crescente na utilização justifica o seu estudo aprofundado na área da tradução e a análise do seu potencial social – enquanto agente de mudança social –, e económico – enquanto agente de resposta às novas exigências de mercado. Através do seu enquadramento teórico, são analisados alguns dos desafios experienciados na TIPS, bem como as soluções aplicadas e até, quando relevante, formuladas novas propostas. Para concluir, também é elaborada uma pequena apreciação do estágio curricular, refletindo sobre as experiências que dele resultaram.

Palavras-chave: tradução, linguagem inclusiva, tradução feminista

Abstract

This report analyzes the internship at TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda., with the aim of concluding the Master in Translation and Language Services at the Faculty of Arts and Humanities of University of Porto. Drawing on this internship experience, we present data related to the various projects and expose their main challenges, focusing on the theme of inclusive language. The growing tendency of its usage justifies the study of this matter in relation to the translation area and the analysis of its social and economic potential – as an agent of social change and capable of responding to new market demands. Exploring its theoretical framework, we analyze the challenges faced at TIPS and its solutions and, when relevant, formulate new proposals. To conclude, this report also provides an impression of the internship, reflecting on the resulting experiences.

Key-words: translation, inclusive language, feminist translation

Índice de Tabelas

TABELA 1 – RITMO MÉDIO POR TAREFA	25
TABELA 2 – ESFORÇO DE REVISÃO.....	26
TABELA 3 – EXCERTO DO TRABALHO 60.....	52
TABELA 4 – EXCERTO DO TRABALHO 68.....	54
TABELA 5 – EXCERTO DO TRABALHO 69.....	55
TABELA 6 – EXCERTO DO TRABALHO 70.....	56
TABELA 7 - EXCERTO 2 DO TRABALHO 60.....	57
TABELA 8 – EXCERTO DO TRABALHO 1.....	60
TABELA 9 – EXCERTO DO TRABALHO 36.....	61
TABELA 10 – EXCERTO DO TRABALHO 83.....	62
TABELA 11 – EXCERTO DO TRABALHO 53.....	63
TABELA 12 – EXCERTO DO TRABALHO 17.....	65
TABELA 13 - EXCERTO 2 DO TRABALHO 17.....	67

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS POR TIPO DE TAREFA	22
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO AO LONGO DO ESTÁGIO	23
GRÁFICO 3 – ÁREAS DE TRABALHO.....	27
GRÁFICO 4 – TIPOLOGIA DE DOCUMENTOS	29
GRÁFICO 5 – FREQUÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS POR TRABALHO	30

Glossário

Base de Dados Terminológica (BDT) – base de dados que lista um conjunto de termos e suas traduções de um domínio em específico, e que pode incluir fichas terminológicas e instruções sobre os termos.

Bug – erro que afeta o normal funcionamento de uma página web ou de um *software*.

Ferramenta de tradução assistida por computador – *software* de tradução que gere conteúdos multilingues e que tem o objetivo de auxiliar quem traduz.

Compare – documento que compara a tradução e a revisão, auxiliando na visualização das alterações efetuadas.

Freelancer – pessoa que trabalha de forma autónoma.

Memória de Tradução (MT) – base de dados onde são armazenados segmentos previamente traduzidos.

Pós-edição – tipo de tradução em que o texto é primeiramente processado por um motor de tradução automática e depois revisto e editado por um ser humano.

Tradução automática – tradução realizada por um *software* informático.

Lista de abreviaturas e siglas

BDT	BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA
CAT TOOLS	COMPUTER-AIDED TRANSLATION TOOLS
CES	CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
DGS	DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE
FAT	FERRAMENTA DE APOIO À TRADUÇÃO
FLUP	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
MT	MEMÓRIA DE TRADUÇÃO
MTSL	MESTRADO EM TRADUÇÃO E SERVIÇOS LINGUÍSTICOS
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
UC	UNIDADE CURRICULAR
UE	UNIÃO EUROPEIA
U.P	UNIVERSIDADE DO PORTO

Introdução

O presente relatório foi elaborado tendo em vista a conclusão do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos (MTSL) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e pretende analisar o estágio curricular realizado na empresa TIPS – Tradução, Interpretação e Serviços Linguísticos, Lda., sediada em Vila Nova de Gaia. O estágio teve início a 5 de fevereiro de 2024 e terminou a 18 de abril do mesmo ano, tendo sido completado um total de 397 horas. Durante o mesmo, deu-se a oportunidade de realizar vários projetos de tradução e pós-edição em três pares linguísticos, sob a alçada de toda a equipa da TIPS.

Inicialmente, será descrito o percurso académico que precedeu o ingresso nesta empresa sob a forma de estágio curricular, incluindo uma breve descrição do Mestrado, a apresentação da TIPS e o processo de candidatura e seleção. No segundo capítulo, o estágio propriamente dito será o centro das atenções, sendo descritas as principais atividades associadas e expostos os principais desafios e dificuldades, concluindo o capítulo com a elaboração de uma apreciação crítica do mesmo. O terceiro capítulo será dedicado ao segundo tema deste relatório, a linguagem inclusiva, onde serão apresentados a sua definição e importância de discussão, o seu contexto histórico-social, a sua relação com a área da linguística e da tradução e as principais estratégias aplicadas na fase de tradução ou pós-edição para atingir uma linguagem mais representativa, ilustradas através de exemplos práticos retirados da experiência de estágio na TIPS. No mesmo capítulo, é defendido que existe não só uma necessidade social, como também económica, na aplicação da linguagem inclusiva na tradução, justificando que esta pode desempenhar um papel crucial enquanto disseminadora da linguagem inclusiva, mas também ser um agente de resposta às novas tendências de mercado. Aproveitamos, também, para refletir sobre as diferenças que existem na aplicação da linguagem inclusiva na tradução de áreas como o Direito e a Medicina, retirando alguns exemplos práticos provenientes do estágio na TIPS, e concluindo que a sua utilização nestas áreas é necessária, tanto do ponto de vista ético, como do ponto de vista da clareza e objetividade tão característico das mesmas.

Finalmente, no quarto capítulo, dar-se-á a conclusão deste relatório, refletindo sobre a experiência pessoal do presente estágio curricular e as suas implicações em termos do futuro pessoal e profissional, bem como a importância das temáticas abordadas, em especial a linguagem inclusiva e o papel que a tradução pode desempenhar enquanto agente de mudança social e de resposta às novas exigências de mercado.

1. Percurso académico até à realização do estágio

Para melhor compreender a experiência de estágio curricular relatada adiante, é crucial contextualizar os caminhos que até ela levaram, desde os interesses e as motivações pessoais e o percurso académico, até aos motivos pelos quais a empresa em questão se enquadrou nesse perfil.

1.1. Percurso académico e motivações para a realização de um estágio curricular

O percurso no ensino superior teve início na Universidade do Minho, em Braga. Na altura, não existiam certezas sobre o que exercer profissionalmente, apenas curiosidade em aprender mais sobre determinados interesses pessoais – história e política internacionais, diplomacia e línguas –, o que culminou na escolha da licenciatura em Relações Internacionais. Com o decorrer do tempo, concluiu-se que, apesar do vasto interesse nesta área, esta não estava contemplada na visão do futuro profissional, mas sim a área da Tradução. Assim, terminada a licenciatura, foram dedicados dois anos à consolidação da língua alemã, com o objetivo de completar o nível C1 antes do ingresso num mestrado que exigiria um conhecimento extenso das línguas envolvidas. É importante mencionar que, durante esse período, deu-se também o ingresso no mercado de trabalho, experiências essas que contribuíram imensamente para o crescimento pessoal. Concluído o nível C1 de alemão, tornou-se claro que integrar o Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos (MTSL) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) era o passo a tomar, pelo conhecimento da sua exigência e qualidade de ensino. Assim, seguiu-se a submissão da candidatura e o ingresso no ano letivo de 2022/2023.

Concluídos três semestres do MTSL, somos confrontados com a decisão de realizar um estágio curricular e, conseqüentemente, redigir um relatório sobre o mesmo, ou uma dissertação. Apesar da curiosidade em relação à elaboração de uma dissertação, o principal objetivo com a realização deste mestrado era a integração no mercado de trabalho na área da tradução, sendo, assim, a realização de um estágio curricular a oportunidade ideal para estabelecer um primeiro contacto com a área e os seus

profissionais, o seu ritmo de trabalho e as suas práticas. A acrescentar a esse facto, o contacto crescente com a área da tradução fomentado pelo MTSL levou a que se desenvolvesse, ao longo dos últimos dois anos, um enorme interesse nas mais variadas áreas da tradução, desde a técnica à literária, à audiovisual e à localização, pelo que era essencial poder ter a oportunidade de experimentar de tudo um pouco e verificar se esse interesse se mantinha, ou se existiam áreas que, na vertente prática, cessavam de entusiasmar. Também durante os estudos de tradução, constatou-se uma preferência pelas perspetivas teóricas da tradução feminista e pós-colonial, que acabariam por influenciar o tema desenvolvido no presente relatório.

Assim, tendo optado pela realização de um estágio curricular, bastava apenas encontrar uma empresa que conciliasse, se possível, todas as qualidades que procurávamos – uma experiência profissional estabelecida e reconhecida, para garantir que adquiríamos as melhores práticas da área com profissionais qualificados e responsáveis; o contacto com vários ramos da tradução, para possibilitar o ganho de experiências diversificadas; a possibilidade de um regime presencial, para exponenciar o contacto com colegas e seus métodos de trabalho; e, acima de tudo, um local seguro, que promovesse, em simultâneo, o desafio e o bem-estar de todas as pessoas envolvidas.

1.2. A escolha da empresa

A busca por uma empresa ou instituição não pode ser descrita como fácil, já que a dimensão da indústria da tradução recetiva ao acolhimento de estagiários e sediada na zona norte do país, mais especificamente na zona metropolitana do Porto, não parece proporcional aos elevados números de estudantes de tradução das mais variadas zonas do país em busca de um estágio curricular. Também é importante mencionar que algumas destas empresas são de pequenas dimensões (o que nem sempre lhes permite acolher um estagiário), e são, por vezes, especializadas em áreas de tradução específicas, como o direito e o marketing. Já as empresas de maiores dimensões, como é o caso das multinacionais instaladas no Porto, recorrem frequentemente à pós-edição em detrimento da tradução de raiz, bem como têm equipas designadas para áreas muito específicas de tradução. Tais aspetos não facilitaram o processo de procura e escolha de

uma instituição de acolhimento, resultando em contactos sem qualquer resposta, na realização de vários testes e entrevistas, e a identificação de pontos de desencontro com os interesses e objetivos pessoais já referidos.

1.2.1. Apresentação e descrição da empresa

A TIPS – Tradução, Interpretação e Serviços Linguísticos, Lda. foi apresentada à turma pelo docente da Unidade Curricular (UC) de Informática de Tradução e membro da equipa interna da TIPS, Diogo Gonçalves, no primeiro ano do mestrado. Este informou-nos das principais áreas de trabalho da empresa, bem como realçou que a mesma costuma acolher estagiários da FLUP todos os anos, estando já familiarizada com o plano curricular do MTSL e funcionamento da instituição. No ano seguinte, na UC opcional de Localização, com o mesmo docente, a TIPS voltou a ser mencionada em sala de aula. O entusiasmo com que o docente descrevia a empresa, os relatórios bastante positivos dos estagiários que por lá passaram e o carácter multifacetado da empresa contribuíram para que esta se tornasse a primeira escolha para a realização de um estágio curricular.

A TIPS – Tradução, Interpretação e Serviços Linguísticos, Lda. é uma empresa sediada em Vila Nova de Gaia, com 30 anos de experiência na área. A sua equipa interna é composta por nove integrantes, que exercem funções de tradução, pós-edição e revisão, bem como de gestão de projetos e qualidade. Para além destes membros, a TIPS conta com uma rede de fornecedores externos, em regime de *freelancer*, para uma maior capacidade de resposta às suas encomendas. Apesar da sua dimensão aparentemente reduzida, a TIPS trabalha com algumas das maiores empresas do mundo, sendo considerada uma das principais empresas de serviços de tradução para português europeu do mundo, com cerca de cinco milhões de palavras processadas por ano (TIPS, n.d.-a).

1.2.2. Processo de candidatura e seleção

Após decidir submeter uma candidatura à TIPS, seguiu-se um período de espera pela data de início das candidaturas e foi enviado um e-mail com o currículo e uma carta de motivação. O processo de seleção da empresa inclui um teste de tradução, um de

revisão e uma entrevista. No dia do teste presencial, uma das pessoas que integra a equipa da TIPS apresentou a restante equipa e as instalações da empresa. A notícia da seleção foi dada alguns dias depois, tendo sido também necessário confirmar a preferência por uma das fases de realização do estágio curricular e tendo sido escolhida a primeira.

2. Dados sobre o estágio curricular

2.1. Duração, horário e regime

O estágio decorreu entre os dias 5 de fevereiro e 18 de abril de 2024, perfazendo um total de 397 horas. Ficou estipulado que o dia de trabalho começaria às 9:00, com uma pausa de uma hora e meia para almoço, das 12:30 às 14:00, e terminaria às 18:00, cumprindo um total de sete horas diárias. Também ficou decidido que o estágio seria realizado em regime híbrido, ou seja, em formato presencial e remoto, já que, desde a pandemia da COVID-19, a empresa adotou esse modelo de trabalho. Assim, trabalhávamos dois dias (normalmente segunda e quarta-feira) em formato presencial, nas instalações da empresa, e três dias (normalmente terça, quinta e sexta-feira) em formato remoto, a partir de casa; salvo quando, devido à indisponibilidade de alguma das pessoas que integra a equipa, se efetuava uma troca dos dias.

2.2. O dia de trabalho

O primeiro dia de trabalho, a 5 de fevereiro de 2024, foi em formato presencial e contou com a apresentação dos membros da equipa e do local de trabalho, bem como uma longa reunião com o mestre Diogo, o supervisor de estágio na empresa, sobre o funcionamento e métodos de trabalho da TIPS e quais as expectativas e objetivos a cumprir com este estágio. Finda a reunião, foi-nos concedido algum tempo para explorar o computador que nos foi atribuído na empresa, de forma a impulsionar a habituação à localização dos ficheiros e à organização das informações. Também tivemos a oportunidade de ler alguns guias de estilo, em especial o da TIPS, para que nos fôssemos familiarizando com a “voz” da empresa. Ao fim da tarde, foi-nos atribuído um trabalho

de grandes dimensões, que viria a ser partilhado durante vários dias entre as duas pessoas que realizavam o estágio e mais um membro da equipa interna da TIPS.

Para os dias de trabalho remoto, foi-nos recomendada a utilização de uma aplicação nos nossos computadores pessoais que permitia aceder ao nosso computador na empresa, mantendo, assim, o nosso acesso aos documentos e ferramentas necessários à execução dos trabalhos. Inicialmente, a adaptação ao trabalho remoto foi difícil, já que as condições eram consideravelmente diferentes das que tínhamos na TIPS – enquanto na empresa tínhamos um computador de tamanho médio, juntamente com um monitor lateral e teclado periférico, em casa existia apenas um computador portátil de pequenas dimensões. Na primeira semana de trabalho remoto, verificou-se um maior cansaço ao trabalhar em casa, já que o esforço de visão era maior num computador consideravelmente mais pequeno, o que resultava também numa pior postura. Tal facto levou à instalação de um monitor e teclado periféricos em casa, condição esta agora considerada imprescindível para trabalhar.

Desde o primeiro dia de trabalho, o quotidiano na TIPS passou a seguir uma ordem específica de eventos. Ao longo do dia, era necessário consultar o documento onde são organizados e distribuídos os trabalhos – aí, era possível verificar quais os trabalhos que nos haviam sido atribuídos, qual o cliente e o número de palavras, bem como o tempo expectável para essa tarefa. A partir daí, sabíamos que era necessário, antes de começar efetivamente a tradução, analisar as instruções específicas para aquele trabalho e verificar possíveis guias de estilo, memórias de tradução (MT) e bases de dados terminológicas (BDT) associadas ao cliente. Especialmente no início do estágio, estas eram tarefas mais morosas, já que implicavam uma consulta mais exaustiva destas linhas de orientação, devido à falta de conhecimento e experiência com os diferentes tipos de trabalho recorrente de cada cliente. No entanto, à medida que o estágio curricular foi avançando, foi possível notar uma diminuição considerável no tempo despendido na consulta destes materiais, já que, com a prática e o contacto com determinados clientes, estas informações se foram consolidando e o processo de busca pelas mesmas foi, também, otimizado. É importante referir, contudo, que, apesar de haver uma maior habituação e conhecimento destes tipos de trabalhos, tal

conhecimento não era estático, já que os guias de estilo e as indicações dos clientes são várias vezes sujeitos a alterações. Assim, a verificação destes materiais era uma tarefa imprescindível.

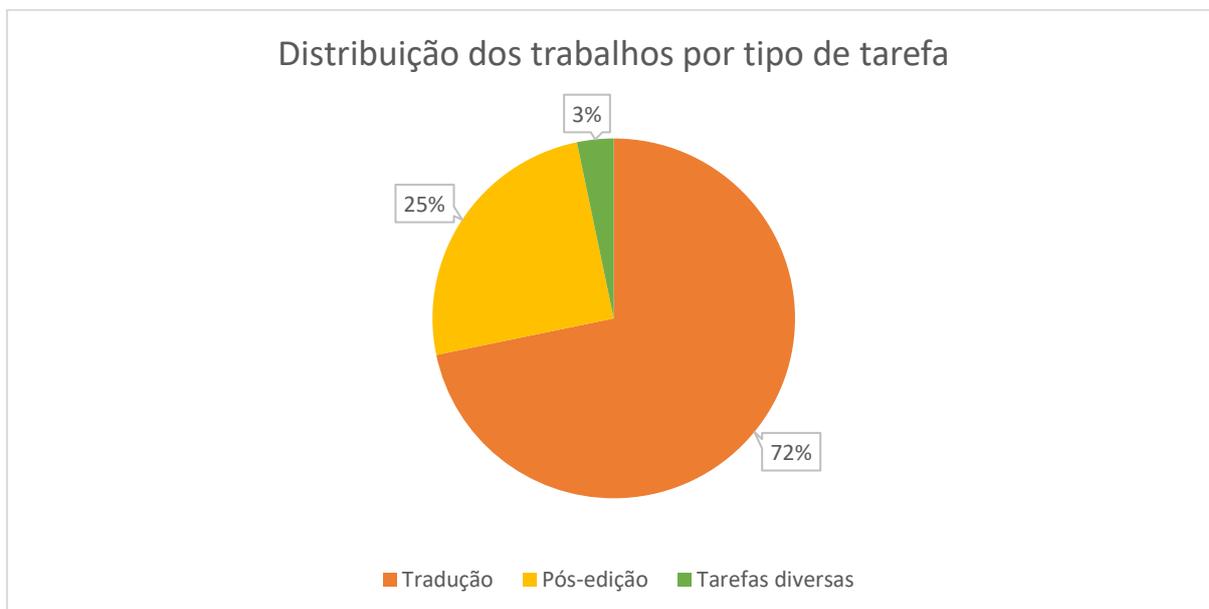
Concluída a tarefa de tradução ou pós-edição, a pessoa responsável pela revisão do trabalho era notificada, e a mesma era determinada como concluída, repetindo-se o processo descrito até agora para o trabalho seguinte. Quando não existiam mais trabalhos atribuídos no documento, era necessário notificar quem estivesse responsável pela gestão e distribuição de projetos, para que se pudesse distribuir mais trabalho. Enquanto se aguardava por resposta, esses períodos livres eram aproveitados para efetuar *compares* (como o nome indica, são documentos que comparam as traduções e as revisões que eram efetuadas), de forma a ver as alterações que tinham sido efetuadas ao trabalho e integrar essas alterações já nos trabalhos seguintes. É também importante realçar que houve um esforço conjunto da equipa para fornecer comentários de cada trabalho, apontando erros e justificando as alterações, mas também apontando o que foi bem conseguido. Tal ajudava a compreender melhor as alterações efetuadas e como melhorar nos trabalhos seguintes.

2.3. Trabalhos realizados

Durante o estágio, houve a oportunidade de trabalhar com o inglês, o alemão e o espanhol enquanto línguas de partida, sendo que as duas primeiras tinham já feito parte do mestrado –, traduzindo-as para uma única língua de chegada, o português europeu. Na totalidade, foram realizados 92 trabalhos, para 37 clientes diferentes, a sua grande maioria (88) com inglês como língua de partida, três de alemão e um de espanhol. É importante mencionar que todos os trabalhos de alemão traduzidos, ao contrário dos restantes, eram provenientes de encomendas de trabalhos antigas da TIPS, não havendo, por isso, prazos ou entregas – o seu propósito era simplesmente o contacto com a língua e a aquisição de experiência na tradução da mesma. Já o único trabalho de espanhol realizado, com prazos reais, deveu-se ao facto de desejar que as capacidades nesta língua fossem testadas, já que esta havia sido alvo de estudo durante cerca de cinco anos. Além da diversidade nos pares linguísticos, verificou-se também variedade

nos tipos de tarefa realizados ao longo do estágio, entre elas a tradução, a pós-edição e outra categoria de tarefas, que será intitulada de “tarefas diversas” e que engloba todas as tarefas que não se poderiam classificar como traduções ou pós-edições, como é o caso da verificação de erros e *bugs* em capturas de ecrã e a avaliação de motores de tradução automática. Esta última categoria de tarefas surpreendeu bastante pela positiva, já que era impossível imaginar que fossem tão frequentes na indústria. Por outro lado, apesar de divertidos (pelo seu carácter diferenciado), este tipo de trabalhos revelou uma dificuldade acrescida, no sentido que o seu baixo custo obrigava a uma maior produtividade e rapidez por parte de quem neles se vê envolvido. De facto, estes trabalhos eram pagos à hora, e os clientes raramente se mostravam dispostos a negociar tempos ou preços. A distribuição dos trabalhos pelos três tipos de tarefas diferentes está demonstrada no Gráfico 1¹.

Gráfico 1 – Distribuição dos trabalhos por tipo de tarefa



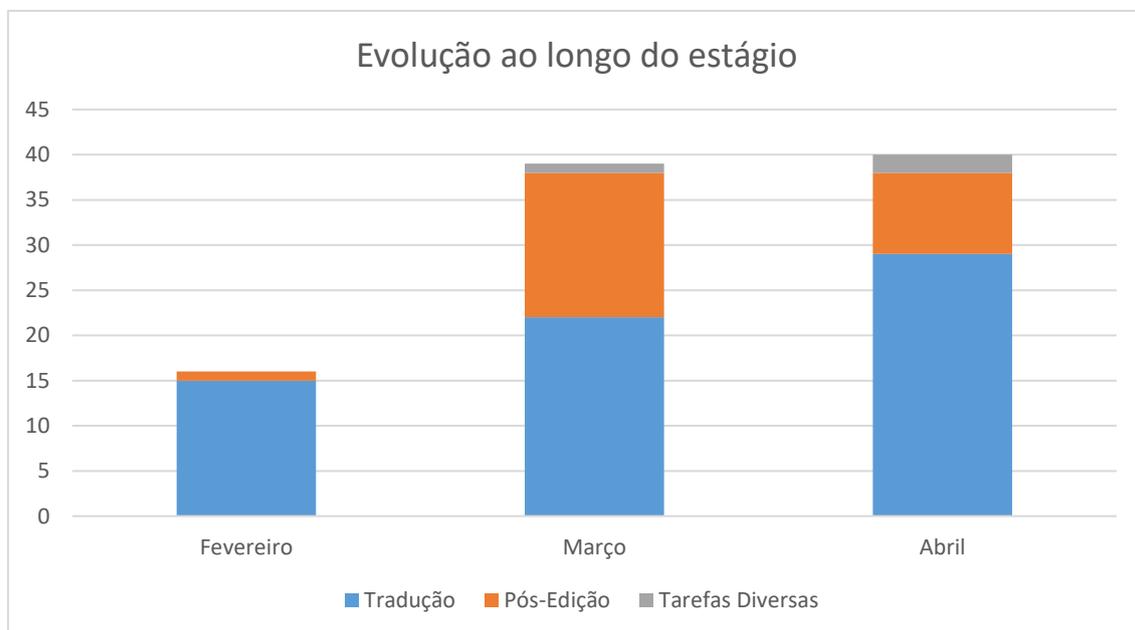
Como podemos observar, a grande maioria das tarefas (66) foram de tradução, correspondendo a 72% do total de trabalhos realizados, seguindo-se a pós-edição, com 23 trabalhos, correspondendo a 25% e, finalmente, as tarefas diversas, com apenas

¹ Para uma descrição mais detalhada de cada trabalho, consultar o Anexo 1.

3 trabalhos, correspondendo a 3%. Estes dados foram surpreendentes, já que desafiam a utilização dominante da pós-edição verificada na indústria nos últimos anos, demonstrando que é possível uma empresa ser bem-sucedida sem sacrificar a tradução de raiz. É também importante referir que, apesar de não ter sido realizada qualquer tarefa de revisão, todos os trabalhos foram sujeitos a uma autorrevisão antes de serem entregues a quem efetuará a revisão – tal tarefa consistia na releitura dos textos de partida e chegada, primeiro em conjunto, depois apenas na língua de chegada; passando para a confirmação do cumprimento com a terminologia e as instruções do cliente, e finalizando com as verificações ortográficas e de qualidade.

No que toca à evolução do trabalho, no primeiro mês (fevereiro) foram realizadas apenas 15 traduções e uma pós-edição, tendo estes números evoluído significativamente no mês de março (22 traduções, 16 pós-edições e uma tarefa diversa) e abril (29 traduções, nove pós-edições e duas tarefas diversas)², como se pode verificar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução ao longo do estágio



² O total destes dados é superior ao total de trabalhos realizados durante o período de estágio porque foram contabilizados os trabalhos iniciados num mês e acabados no mês seguinte como tarefas pertencentes a esses meses, em vez de considerar apenas o mês de começo ou término da tarefa.

Há dois pontos essenciais a considerar na análise deste gráfico. O primeiro prende-se com o facto de que só o mês de março foi avaliado na sua totalidade, já que foi o único mês que pôde ser acompanhado desde o dia 1 até ao dia 31. No caso do mês de fevereiro, a análise contemplou apenas o intervalo de tempo entre o dia 5 e o dia 29; já no caso do mês de abril, apenas foi contemplado o intervalo entre os dias 1 e 18. O segundo ponto prende-se com o facto de, inicialmente, o trabalho na TIPS ter correspondido a trabalhos de maiores dimensões, que ocuparam vários dias completos (como o caso do Trabalho 1, com um total de cerca de 12 mil palavras atribuídas, e que levou sete dias a completar), enquanto que no mês de abril, os trabalhos que foram atribuídos eram de pequenas dimensões, permitindo um maior número de trabalhos realizados. Tal facto demonstra que a análise das palavras processadas por hora é útil mas não pode servir como métrica exclusiva da produtividade, já que esta pode ser diretamente influenciada pela flutuação do número de palavras de cada trabalho atribuído – pensemos que a tradução de um único trabalho com 12 mil palavras não implica, tendencialmente, tanto tempo dedicado à leitura de instruções, preparação de ficheiros e pesquisas relacionadas, quanto a tradução das mesmas 12 mil palavras distribuídas por um elevado número de trabalhos de pequenas dimensões. Através dos dados que nos eram apresentados nas reuniões mensais com o nosso supervisor de estágio dentro da empresa, pôde-se verificar um pequeno decréscimo na produtividade na tarefa de tradução no decorrer do período de estágio, mais uma vez confirmando que um elevado número de trabalhos realizados não implica necessariamente uma maior produtividade. De facto, como podemos observar na Tabela 1, que compara a média do número de palavras processadas por hora nas tarefas de tradução e pós-edição até às datas das reuniões, a tarefa de tradução sofreu um ligeiro decréscimo na produtividade, enquanto a pós-edição viu um aumento considerável (71% da primeira até à última reunião).

Tabela 1 – Ritmo médio por tarefa

	De 05/02/2024 a 26/02/2024 1ª Reunião	De 27/02/2024 a 18/03/2024 2ª Reunião	De 19/03/2024 a 18/04/2024 3ª Reunião
Ritmo médio de palavras por hora em tradução	252	239	225
Ritmo médio de palavras por hora em pós-edição	156	143	266

Enquanto a diminuição de produtividade na tarefa de tradução pode ser justificada com a atribuição supramencionada de um maior número de trabalhos de pequenas dimensões e de complexidade acrescida, aliada a uma crescente preocupação e ambição pela melhoria da qualidade, o aumento da produtividade na pós-edição pode ser justificado por dois fatores: a habituação à tarefa em si e um maior conhecimento dos clientes e suas exigências. Ora, apesar de a pós-edição possibilitar um aumento da produtividade dos profissionais da área, sempre foi difícil sentir esse efeito a nível pessoal, já que esta consegue ter também o efeito adverso de bloquear o pensamento criativo e a atenção ao detalhe, ao apresentar diretamente os resultados. Por outro lado, a verdade é que na TIPS, os clientes mais exigentes eram os que requisitavam com maior frequência trabalhos de pós-edição, o que requeria mais tempo despendido a ler guias de estilo e instruções. Ora, ao longo do tempo, a incorporação gradual desses guias de estilo e consequente diminuição da necessidade de os consultar constantemente, bem como a maior habituação à tarefa da pós-edição (com a qual o contacto até ao período de estágio havia sido reduzida), levou, por consequência, a uma crescente rapidez no trabalho.

Finalmente, importa referir que, no que toca à avaliação da qualidade, a empresa fornecia dados relativos ao esforço de revisão. Esta é uma métrica desenvolvida pela equipa da TIPS e, como tal, por motivos de confidencialidade, não temos autorização para explicar a forma como é calculada. No entanto, destina-se a aferir a qualidade de uma tradução tendo por base o esforço de revisão a que a pessoa responsável pela revisão foi sujeita. Ao longo do estágio, houve a oportunidade de os trabalhos serem revistos por oito pessoas diferentes, desde integrantes da equipa interna da TIPS até *freelancers*. Nesse aspeto, como podemos observar na Tabela 2, o esforço de revisão que os trabalhos exigiram manteve-se desde a primeira até à segunda reunião com o supervisor de estágio dentro da empresa, mas diminuiu ligeiramente ao chegar à terceira reunião, podendo-se argumentar que a qualidade do trabalho aumentou.

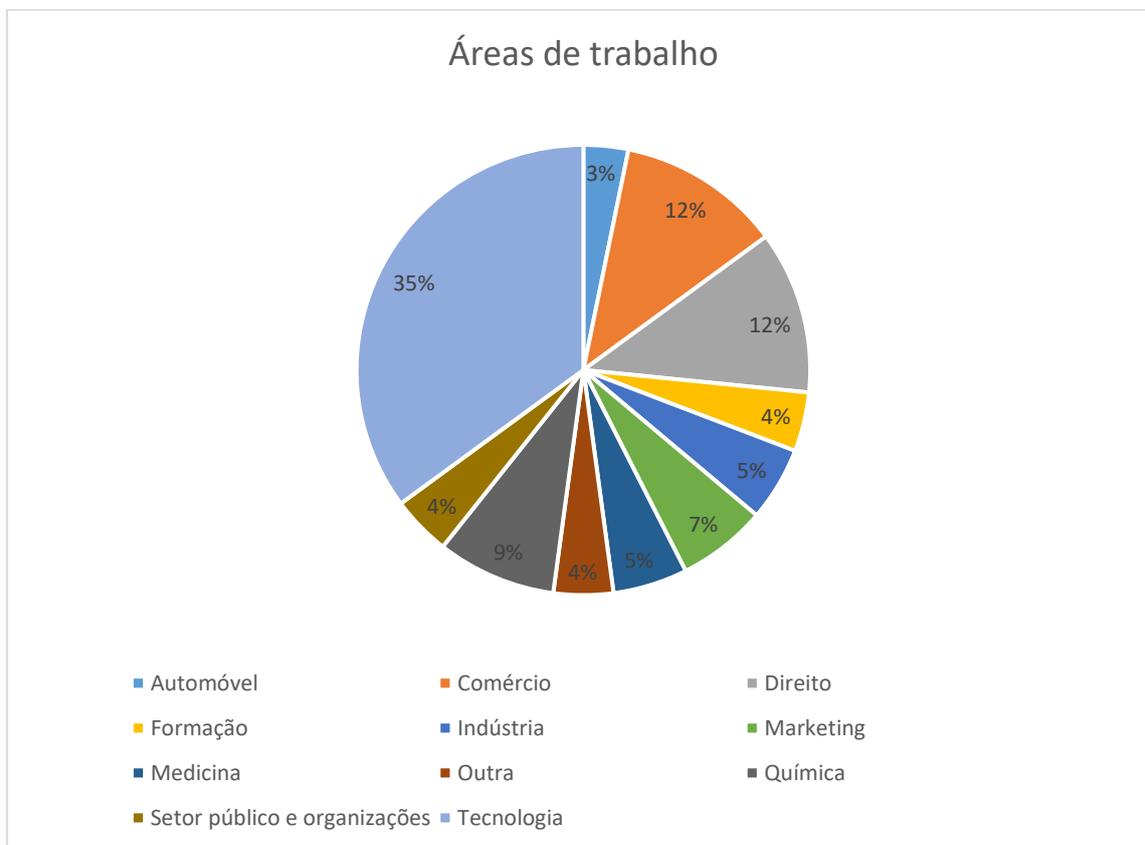
Tabela 2 – Esforço de revisão

	De 05/02/2024 a 26/02/2024 1ª Reunião	De 27/02/2024 a 18/03/2024 2ª Reunião	De 19/03/2024 a 18/04/2024 3ª Reunião
Esforço de revisão	1,72	1,72	1,70

2.3.1. Áreas de trabalho

Durante o presente estágio houve a oportunidade de contactar com uma pluralidade de áreas de trabalho, possibilidade esta que, como já referido no primeiro capítulo, foi uma das razões para a escolha da TIPS como entidade de acolhimento. De facto, a TIPS conta com uma enorme diversidade de clientes, e tal facto reflete-se na multiplicidade de trabalhos com que nos cruzámos. Estas mesmas áreas e a sua frequência seguem ilustrados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Áreas de trabalho



Como é possível observar, a área com a qual existiu maior contacto durante o estágio foi a área da tecnologia (com 33 trabalhos, correspondendo a 35% do total), que engloba produtos e equipamentos como telemóveis, computadores e câmaras, mas também a localização de *software*, videojogos e páginas web. Seguem-se as áreas do comércio e do direito, ambas com 11 trabalhos cada, correspondendo cada uma a 12% dos trabalhos realizados; a química, com oito trabalhos a corresponder a 9% do total; o *marketing*, com seis trabalhos (6% do total); e a indústria e a medicina, com cinco trabalhos cada, (correspondendo cada uma a 5%). As áreas com menor incidência de trabalho (com menos de cinco trabalhos cada) foram a área da formação (quatro trabalhos, correspondentes a 4%); do sector público e organizações (também quatro trabalhos, ou seja, 4% do total), que engloba trabalhos de entidades estatais e de organizações sem fins lucrativos; e automóvel (com três trabalhos, correspondentes a 3%). Finalmente, os trabalhos que não se inseriam em qualquer tipo de área em

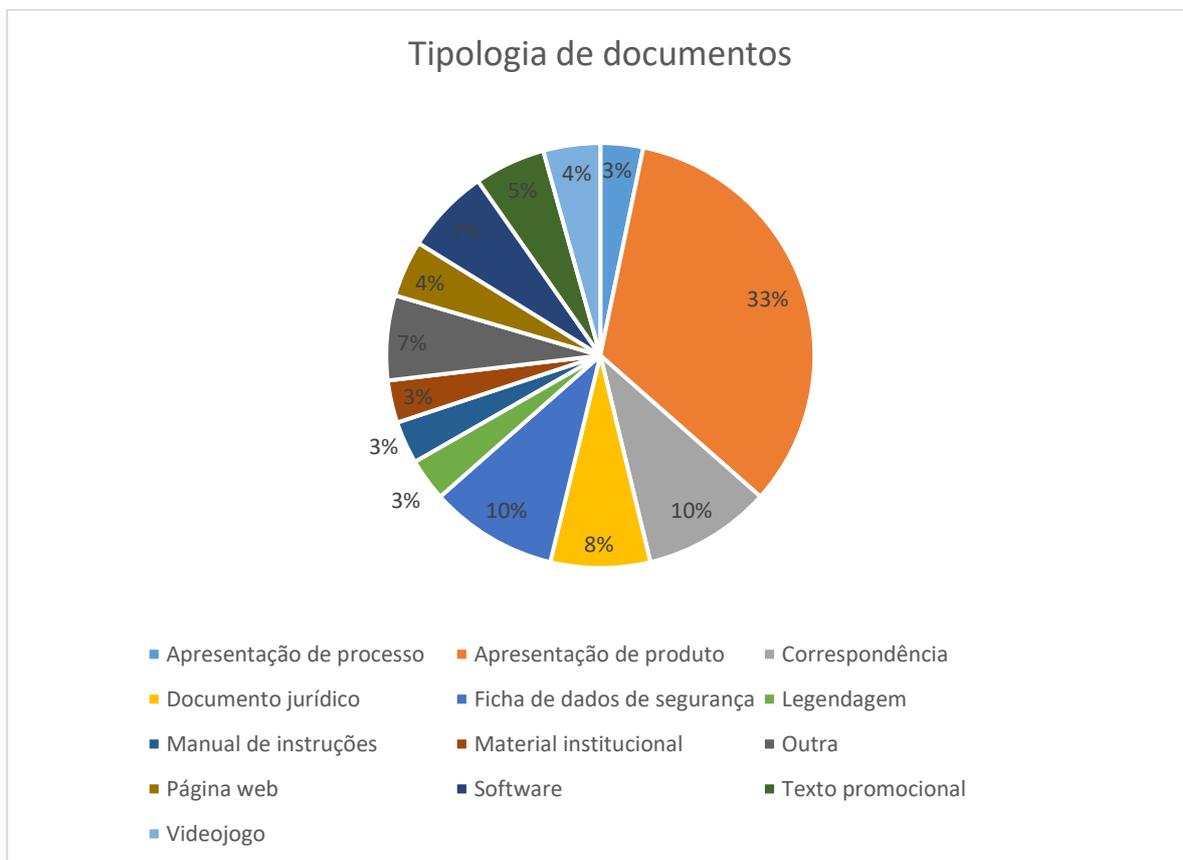
específico (quatro no total, correspondendo a 4%) foram agrupados na área a que denominamos “outra”.

2.3.2. Tipologia de documentos

Também a tipologia de documentos foi plural, estando dividida em 12 categorias a serem observadas no Gráfico 4. Tal panóplia de experiências foi fundamental, como explicado no primeiro capítulo, para melhor perceber os interesses pessoais e quais os tipos de trabalho com os quais existe uma maior identificação, ou que se encontram mais alinhados aos nossos perfis. A tradução de documentos relativos à apresentação de produtos foi a mais frequente, correspondendo a 33% do total de trabalhos realizados durante o período de estágio. O material relativo à correspondência e às fichas de dados de segurança (cada um correspondente a 10%) e aos documentos jurídicos (8%), ao *software* (7%) e aos textos promocionais (5%) também foram bastante frequentes. Já as categorias com menor incidência de trabalhos realizados foram os videojogos e as páginas web (correspondentes a 4% cada), seguidas dos materiais institucionais, dos manuais de instruções, da legendagem e das apresentações de processos (correspondentes a 3% cada). Finalmente, dedicámos também uma categoria aos tipos de documentos que não se inseriam numa categoria específica, ou cuja percentagem era inferior a 2% (como é o caso da tipologia de documentos referente a “lista”).

A título pessoal, o tipo de documento com o qual se verificou um maior grau de identificação foi a tradução de material institucional, por ir ao encontro dos interesses supramencionados, bem como da licenciatura em Relações Internacionais e das preocupações sociais; e a localização de videojogos, que era realizada com o maior dos entusiasmos. A tradução de manuais de instruções terá sido, talvez, a categoria de documento da qual se retirou menos prazer ao trabalhar, pelo seu carácter repetitivo e técnico.

Gráfico 4 – Tipologia de documentos

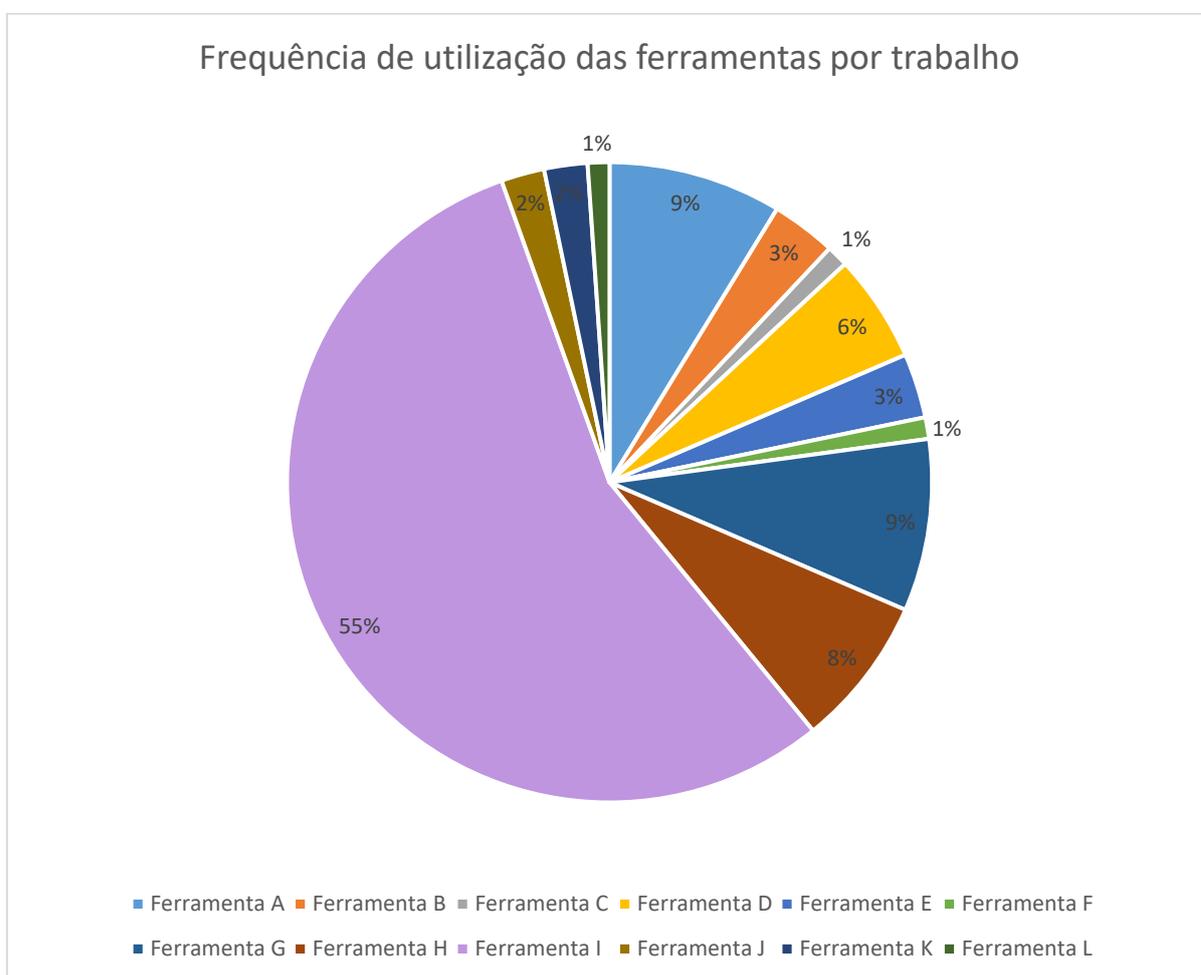


2.3.3. Ferramentas de apoio à tradução

As ferramentas de tradução assistida por computador, ou ferramentas de apoio à tradução (FAT), mais conhecidas pelo termo de língua inglesa *CAT Tools* (Computer-Aided Translation Tools), são um *software* informático concebido tendo em vista a tarefa de tradução, e que auxilia o ser humano no processo de tradução (Bowker & Fisher, 2010). Como sabemos, a área da tradução foi altamente influenciada pelo surgimento das novas tecnologias informáticas e, de acordo com o mais recente estudo do ELIS (2024), existe uma utilização generalizada das FAT nos mais variados contextos de tradução, desde universidades, departamentos linguísticos, profissionais de tradução e empresas de prestação de serviços linguísticos. A TIPS não é exceção à regra, trabalhando diariamente com as mais variadas FAT, cuja quantidade e frequência de utilização é demonstrada através do Gráfico 5.

A análise dos dados permite-nos concluir que existe uma ferramenta cuja utilização sobressai em comparação às restantes (a “ferramenta I”), facto este que não causa qualquer surpresa, sendo esta uma das líderes do mercado no que diz respeito às FAT. A utilização das restantes ferramentas, apesar de numa frequência consideravelmente menor, permitiu a exposição a uma vasta gama de opções, dependendo do cliente e das exigências dos projetos, bem como permitiu o desenvolvimento da capacidade de adaptação às diferentes ferramentas e suas qualidades e limitações.

Gráfico 5 – Frequência de utilização das ferramentas por trabalho



2.4. Desafios

Apesar de, no contexto do MTSL, se notar um esforço considerável por parte do corpo docente em replicar o mercado da tradução, a verdade é que nada se assemelha à experiência de trabalhar efetivamente na área. De facto, as pressões e

responsabilidades que advêm de trabalhar em equipa e com diferentes clientes, prazos e preços, influenciam consideravelmente a experiência da tarefa de tradução ou pós-edição, feita com maior ligeireza e liberdade em contexto académico. Ora, tendo isso em conta, o maior desafio deste estágio prendeu-se com a inserção desta profissão num mercado altamente competitivo, onde se procura a máxima produtividade, sem de alguma forma prejudicar a qualidade dos trabalhos efetuados. Tal facto exige uma enorme qualificação de quem traduz ou faz pós-edição, que deve manter uma capacidade de concentração e adaptação entre as mais variadas temáticas e tipos de trabalhos, bem como a agilidade e o respeito pela sua equipa e o seu tempo – já que a demora na fase da tradução pode desencadear uma bola de neve, levando ao começo tardio do processo de revisão e podendo colocar em risco a entrega atempada do projeto final, o que poderá levantar problemas não só à equipa e à empresa, como também ao cliente final. Ao contrário de determinadas empresas, cujo procedimento com os estagiários envolve a supressão deste ambiente por meio do desígnio de tarefas antigas, diminuindo os riscos de incumprimento de prazos, entre outros; a TIPS procurou sempre inserir-nos ao máximo no mercado real da tradução, o que implicava que todos os trabalhos fossem reais³, com prazos igualmente reais (adaptados, claro, ao nosso estatuto de principiantes e conseqüente menor produtividade).

Relativamente aos desafios de tradução propriamente ditos, a adaptação aos guias de estilo estaria certamente em primeiro lugar. No caso da TIPS, a própria empresa possui um guia de estilo, onde estão enumeradas as situações passíveis de dúvidas mais comuns nos trabalhos que realizamos. Tal guia de estilo serve apenas para que, nos casos em que os clientes não têm um guia de estilo próprio ou qualquer tipo de orientação nesse sentido, os trabalhos realizados pela TIPS mantenham a coesão e um nível de exigência transversal. Já no caso dos guias de estilo dos clientes, a maior dificuldade prendia-se com a consulta dos mesmos e a conseqüente capacidade de adaptação a cada um deles, já que estes variavam consideravelmente de cliente para

³ À exceção, como já mencionei, dos trabalhos em língua alemã – como não houve possibilidade de recorrer a trabalhos reais no período relativo ao presente estágio, foram atribuídos trabalhos antigos para não se perder por completo a oportunidade de trabalhar com a língua.

cliente – inclusivamente, determinados guias de estilo e orientações linguísticas chegavam a ter mais de 100 páginas, o que dificultava, sem dúvida, a sua aplicação irrepreensível. Além disso, estes guias de estilo estão sujeitos a alterações com alguma frequência, levando a que, literalmente, de um dia para o outro, as regras desejadas pelo cliente se invertessem por completo.

2.5. Apreciação geral do estágio

Como tem sido referido ao longo do presente relatório, a experiência de estágio na TIPS desenvolveu-se ao longo de cerca de três meses e contribuiu imensamente para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. Apesar das experiências profissionais do passado, esta foi a primeira na área da tradução, e é com muito orgulho que os primeiros passos na mesma foram dados junto da equipa da TIPS, que como já foi referido, demonstrou um enorme profissionalismo, paciência e cuidado com a forma como nos recebeu e confiou os seus conhecimentos.

Tal como esperado, houve a oportunidade de trabalhar com várias línguas e vários profissionais da área, bem como de contactar com várias áreas da tradução, desde a tradução técnica, a localização de videojogos e *software* e a legendagem. Tais experiências permitiram avaliar de forma mais fidedigna as competências e os pontos a melhorar para o futuro enquanto profissionais desta área, especialmente no que toca à questão do desenvolvimento de confiança nas capacidades pessoais enquanto tradutora, já que este foi o comentário mais frequente por parte da equipa da TIPS à nossa prestação. Finalmente, esta experiência de estágio possibilitou também o desenvolvimento de determinados interesses na área da tradução, como é o caso da linguagem inclusiva, à qual tentámos prestar atenção nas tomadas de decisão tradutivas, e à qual dedicámos uma parte substancial do presente relatório.

3. A linguagem inclusiva

O Parlamento Europeu (2018) define a linguagem neutra em género enquanto conceito referente à utilização de linguagem não sexista, inclusiva e equitativa do ponto de vista do género, cujo objetivo é evitar o preconceito em relação a um sexo ou género em particular e promover a mudança social. Este conceito está associado a outra variante

terminológica, frequentemente utilizada como sinónimo – a linguagem inclusiva (Toro, 2018). Contudo, Toro (2018) afirma que estes dois termos se referem, na verdade, a conceitos com objetivos distintos, sendo que o da linguagem neutra em género se prende com o evitar do preconceito relativo ao género, enquanto o da linguagem inclusiva se foca na consideração de todos os géneros na utilização da linguagem. Além disso, como afirma Litosseliti (2013), não existe uma linguagem verdadeiramente neutra, já que o significado depende de parâmetros situacionais e contextuais, levando a que, em certos casos, uma palavra ou expressão sexista possa ser utilizada de forma não sexista e vice-versa – o termo “linguagem neutra” parece, portanto, desadequado. Por estas razões, e presumindo que o foco do desenvolvimento e planeamento linguístico se deve situar na inclusão, e não apenas no evitar do preconceito, que consideramos insuficiente; por uma questão de coesão ao longo do presente relatório, utilizaremos doravante o termo “linguagem inclusiva” para nos referirmos a este tipo de linguagem.

O tema da linguagem inclusiva tem sido alvo de crescente atenção e controvérsia na sociedade (Erdocia, 2022; Hord, 2016), tendo-se assistido recentemente ao desejo da sua implementação generalizada em organizações regionais e internacionais e em entidades públicas de vários países, em alguns casos já materializada (Erdocia, 2022). Contudo, este permanece um conceito debatido a nível social, ideológico e académico, argumentando-se a sua aplicabilidade, imposição/implementação forçada e até mesmo redundância (Erdocia, 2022; Toro, 2018). Ora, não discordando da dificuldade inerente ao seu desenvolvimento e à sua implementação, é inegável que a linguagem desempenha um papel crucial, não só no reflexo da nossa realidade, mas também na nossa interpretação da mesma (Busby, 1989; Litosseliti, 2013, p. 9; Parlamento Europeu, 2018; Pauwels, 2003; Sendén et al., 2015; UNESCO, 1999), revelando-se uma ferramenta poderosa tanto na perpetuação de preconceitos, como também no combate aos mesmos (Litosseliti, 2013, p. 9; Sendén et al., 2015; UNESCO, 1999). Tal fenómeno pôde ser verificado com a crescente utilização de termos relativos a profissões e ocupações que contemplavam anteriormente apenas um dos géneros, como é o caso da palavra “enfermeira” e o seu equivalente masculino, cuja estranheza se pode considerar extinta

na sociedade portuguesa; e “bombeiro” e o seu equivalente feminino, que se encontra em situação similar – pode-se argumentar que a masculinização/feminização desses termos não só acompanhou a realidade do alargamento ao nível do género nestes contextos laborais, como também contribuiu para alterar a perceção desta mesma realidade, normalizando-a. Também podemos analisar os casos em que não foram criados estes equivalentes para chegar à mesma conclusão. Pensemos na palavra “ama”, utilizada no contexto de uma pessoa que cuida de uma criança – a inexistência de um equivalente masculino associado à mesma atividade⁴ não só ilustra a bagagem histórica e social de que, tendencialmente, é uma função desempenhada por pessoas do sexo feminino, como também a perpetua, dificultando a visualização, e até descredibilizando o desempenho destas funções por outra pessoa. Tal poder na perceção da realidade não se verifica apenas ao nível lexical, mas também ao nível do discurso, já que, por exemplo, a mera constância na descrição de um homem como sendo forte, ou de uma mulher como sendo frágil, tem uma enorme influência na forma como esses géneros são depois percecionados. Além da sua influência clara no que toca ao preconceito, a linguagem pode também desempenhar um papel importante na compreensão e reconhecimento da identidade de uma pessoa através da sua representação linguística (Hord, 2016) – no contexto da identidade de género, pensemos no exemplo da palavra *queer*, utilizada nos países de língua inglesa como um adjetivo pejorativo para descrever uma pessoa “estranha” ou “excêntrica” e recentemente recuperada pela comunidade LGBTQIA+ como afirmação positiva da sua identidade (Popa-Wyatt, 2020). A língua e a linguagem têm, assim, um enorme potencial no combate ao preconceito e na representatividade, contribuindo para um mundo cada vez mais justo. Contudo, podemos ainda argumentar que a batalha da linguagem inclusiva não termina com a masculinização/feminização dos termos demonstrada acima, já que tal perpetua a não contemplação de todos os membros da sociedade, nomeadamente das pessoas que não se identificam com o binário de género.

⁴ De facto, a palavra “amo” existe, não no contexto de pessoa do sexo masculino que cuida de uma criança, mas sim como sinónimo de “patrão” ou “senhor” (Infopédia, n.d.).

Ora, a importância da discussão da linguagem inclusiva não se prende exclusivamente com razões de cariz político e social, mas também com razões comerciais. De facto, os estudos demonstram o crescimento da importância da temática da inclusão nas sociedades modernas, e que tal interesse se manifesta diretamente em exigências por parte das populações e dos consumidores no que diz respeito às instituições e empresas (Carvalho et al., 2023). Como sabemos, os valores morais e éticos das sociedades não são estáticos e exigem uma capacidade de adaptação por parte das entidades e empresas, já que só assim são capazes de perdurar no tempo com a confiança das populações. Ao longo do tempo, entidades como, por exemplo, as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE), têm respondido a estas mudanças nas mais variadas áreas (desde a sustentabilidade ambiental, direitos humanos, entre muitos outros) e, no caso da linguagem inclusiva, têm adotado orientações⁵ nesse sentido que, apesar de não serem de carácter obrigatório, têm como objetivo o incentivo da sua utilização nas fases de redação, tradução e interpretação (Parlamento Europeu, 2018). Também a nível nacional podemos encontrar guias de entidades como, por exemplo, o Conselho Económico e Social (CES) português e a Universidade do Porto (U.P)⁶ – é importante lembrar, no entanto, que, à exceção do Guia para a Utilização de Linguagem Inclusiva (2023) utilizado pela U.P, os restantes guias mencionados situam-se dentro do binário de género, concentrando a sua maior preocupação na invisibilidade das mulheres na linguagem normativa. Ora, a crescente preocupação com esta temática no seio destas entidades e conseqüente criação e adoção de guias de orientação nesse sentido resultam numa quantidade crescente de material e conteúdo que exigem maior sensibilidade no que toca a este assunto, tanto na redação na língua original, como na tradução para outras línguas. Nesse sentido, é comum que entidades regionais ou multinacionais redijam guias de orientação multilingues para a linguagem inclusiva, como é o caso da UE e da ONU, assegurando uma coesão transversal entre as línguas. Durante o período de estágio na TIPS, houve a oportunidade de trabalhar em três projetos de carácter institucional. Tal experiência

⁵ Ver Parlamento Europeu (2018) e United Nations (n.d.).

⁶ Ver Conselho Económico e Social (2021) e Leal et al. (2023).

permitiu concluir que, apesar de não ser fornecido qualquer tipo de instruções específicas da linguagem inclusiva, a redação destes textos encontrava-se completamente livre de qualquer marcação de género, o que pode indicar, efetivamente, a existência de tal preocupação na redação dos materiais, especialmente quando provenientes de uma fonte institucional da qual se antecipa a defesa dos direitos humanos e consequente igualdade de género. Estes trabalhos serão utilizados como exemplos no subcapítulo 3.2., referente às estratégias de linguagem inclusiva.

Também no contexto empresarial, num mercado globalizado e competitivo, assistimos a uma tendência crescente que consiste na criação de uma identidade de marca de cariz social, cujos valores acompanham as exigências da sociedade (Carvalho et al., 2023) – um exemplo claro desta estratégia é o mais recente desenvolvimento de valores e consciência de marca relacionados com a temática da sustentabilidade ambiental. Estas opções não se prendem com o facto de as marcas acreditarem ou defenderem efetivamente estes valores, mas sim na manipulação da perceção dos consumidores no que diz respeito à marca, criando maior confiança e lealdade, tendo em vista o crescimento económico – como Carvalho et al. (2023) afirmam, os estudos sugerem que existe efetivamente uma relação entre a perceção dos valores e da ética de uma marca com a atitude dos consumidores face à mesma, afetando diretamente a sua quota de mercado. Assim, tal como no caso das instituições e organizações regionais e internacionais, a crescente preocupação com a temática da inclusão tem originado uma verdadeira metamorfose no material produzido por estas entidades, desde as comunicações internas até ao *marketing* e à construção e desenvolvimento da identidade da marca. Tal tem-se refletido, por consequência, no material a traduzir, forçando o desenvolvimento de uma nova sensibilidade linguística por parte de quem traduz no que diz respeito ao viés de género. De facto, a experiência de estágio na TIPS testemunha a existência de uma tendência crescente, apesar de ainda dissimulada, no que diz respeito à utilização de linguagem inclusiva, manifestada especialmente através de materiais já redigidos de forma atenta a este tópico na língua de partida, mas também através da integração por parte dos clientes desta exigência/preferência nos

seus guias de estilo e instruções para os seus projetos de tradução⁷, definindo a forma através da qual desejam situar-se em relação ao seu público alvo. Em jeito de exemplo, uma das maiores empresas com as quais a TIPS trabalha já tem incluído no seu guia de estilo a preocupação com a linguagem inclusiva, e o incumprimento deste critério seria suficiente para resultar na perda do cliente. Podemos argumentar, portanto, que a linguagem inclusiva é cada vez mais uma preocupação das entidades institucionais e empresariais, tanto na fase de produção e redação dos seus conteúdos, como na fase de tradução dos mesmos, exigindo o desenvolvimento de novas competências por parte de quem traduz.

Ora, presumindo, portanto, que existe efetivamente um interesse social e comercial na utilização da linguagem inclusiva, e considerando a língua como um organismo vivo, cuja manutenção ou alteração depende da sua utilização generalizada pelas pessoas que a falam – pensemos, por exemplo, no fenómeno do “decaísmo”⁸, ou da consideração decrescente do participio regular dos verbos abundantes nas gramáticas, que acompanha a sua utilização, também ela decrescente, pela população –, podemos argumentar que uma forma de tornar as línguas mais inclusivas poderá dar-se através da crescente utilização da mesma por parte das populações. No entanto, o caminho até atingir efetivamente qualquer alteração é moroso, já que exige a participação geral de grande parte das pessoas que falam a língua durante décadas ou até mesmo séculos. Apesar de existirem métodos “artificiais” de intervenção linguística, em que as entidades responsáveis pelo planeamento linguístico impõem as suas alterações, como foi o caso do Acordo Ortográfico de 1990 (Xavier, 2010); consideramos fundamental a atualização da língua através da sua aplicação no plano individual e coletivo. De forma a agilizar esse processo, que levaria, certamente, décadas, argumentamos que a redação e a tradução de materiais como os *media*, a literatura, os manuais, videojogos, *softwares*, entre outros, podem desempenhar um papel fundamental na promoção da

⁷ É importante realçar que esta preocupação com a linguagem inclusiva se situa, maioritariamente, num ponto de vista que considera apenas o binário de género.

⁸ O “decaísmo” diz respeito a uma tendência na língua portuguesa de omitir a preposição “de” na utilização de verbos que o exigiriam, como por exemplo, “informar (de) que”.

linguagem inclusiva, fomentando a sua utilização e normalizando-a, e consequentemente agilizando o processo de mudança linguística tendo em vista a mudança social; enquanto simultaneamente se dá resposta às novas tendências de mercado supramencionadas.

Assim, no presente relatório defende-se, portanto, que existe uma relação direta entre a utilização de estruturas de linguagem com marcação de género e a construção e interiorização do género social, que representam e perpetuam as hierarquias de género tradicionais na sociedade (Erdocia, 2022; Sendén et al., 2015); e que o desenvolvimento da linguagem em direção à inclusão pode contribuir para uma sociedade mais equitativa, justa e representativa, reduzindo os estereótipos, o tratamento assimétrico dos géneros e as desigualdades de poder (Erdocia, 2022; Parlamento Europeu, 2018; Sendén et al., 2015). A crescente exigência de inclusão por parte das sociedades modernas influencia a produção de material por parte dos agentes nacionais, regionais e internacionais, que se torna mais consciente, e influencia, por consequência, a prática tradutiva no sentido da linguagem inclusiva, criando uma necessidade social e económica. Presumindo que as alterações linguísticas devem ser feitas tendo por base a adoção e utilização generalizada da população, argumentamos que, juntamente com a tarefa de produção e redação de conteúdos, a atividade da tradução tem um enorme potencial enquanto agente de intervenção, disseminação e consequente normalização e naturalização desta linguagem, o que por sua vez exige a sua análise e o seu estudo aprofundado. De forma a melhor entendermos o papel da tradução nesta temática, abordaremos ao longo dos próximos subcapítulos o contexto social e histórico da linguagem inclusiva, enquadrando-a teoricamente nas áreas do feminismo, da linguística e da tradução e analisando de que forma a tradução pode servir como agente de agilização da mudança linguística; passando depois para a análise das estratégias de linguagem inclusiva, discutindo quais se encontram dentro e fora da margem de manobra da área da tradução, e ilustrando-as através de exemplos práticos retirados da experiência de estágio curricular na TIPS.

3.1. Contexto histórico-social da linguagem inclusiva e enquadramento teórico

A conceptualização de uma linguagem inclusiva no meio académico surgiu a partir do contacto entre a área da linguística e do feminismo, durante as décadas de 70 e 80 do século XX (Bucholtz, 2014; Erdocia, 2022; Hornsby, 2000; Pauwels, 2003; Toro, 2018). Para melhor compreendermos as condições para o seu desenvolvimento, o presente subcapítulo apresenta brevemente o contexto histórico-social que levou a que estas duas áreas distintas, a linguística e o feminismo, se interligassem e desenvolvessem o conceito de linguagem inclusiva como o conhecemos nos dias de hoje.

O feminismo, como descrito por Bucholtz (2014), é um conjunto diverso de perspetivas teóricas, metodológicas e políticas que têm o objetivo comum de compreender e desafiar as desigualdades sociais relacionadas com o género e a sexualidade – a própria autora refere-se a este termo no plural, pela sua multiplicidade de formas, por vezes até incompatíveis entre si. A história destes “feminismos” é geralmente dividida, no mundo ocidental, em três vagas atribuídas a tempos concretos (Caughie, 2010; Malinowska, 2020; Van der Tuin, 2010), e seguiremos essa organização no presente relatório apenas para efeitos de simplificação de uma área de estudo e análise verdadeiramente complexa e diversa em todo o mundo. No entanto, antes de prosseguir com a sua divisão por vagas, é crucial compreender o feminismo enquanto conceito dinâmico e múltiplo, cujas variantes coexistem no mesmo espaço (Bucholtz, 2014; Van der Tuin, 2010) – não se assiste, portanto, a uma evolução cronológica em que as ideias são substituídas pela geração seguinte de pensamento, mas sim a uma espécie de existência contínua (Van der Tuin, 2010). Assim sendo, podemos afirmar que a primeira vaga do feminismo se situou no início do século XX, e se focava essencialmente na libertação da condição de cidadania de segunda classe das mulheres, bem como na libertação das amarras estruturais e psicológicas impostas às mesmas (Caughie, 2010) – sendo composta essencialmente pelo movimento sufragista feminino, ou seja, a luta pelo direito de voto (Van der Tuin, 2010) e pelo movimento de controlo da natalidade (Caughie, 2010). Já a segunda vaga do feminismo situa-se entre os anos 60 e 80 do século XX, sendo-lhe atribuído um posicionamento mais radical no que diz respeito ao corpo, à sexualidade e aos relacionamentos femininos (Van der Tuin, 2010) – aos olhos desta vaga, a conquista do direito ao voto era uma forma de emancipação burocrática que não representava

uma libertação efetiva (Van der Tuin, 2010). Além disso, apontaram à primeira vaga feminista um caráter exclusivo, já que defendia majoritariamente os interesses da mulher branca, de classe média e heterossexual, ignorando as restantes experiências do feminino (Caughie, 2010; Van der Tuin, 2010) e dando lugar a uma tensão entre a necessidade de ter uma identidade de grupo e reconhecer a diversidade (Caughie, 2010). Mas o ponto principal da ótica feminista da segunda vaga foi o reconhecimento de que era necessário reavaliar o feminino e alterar o domínio masculino, em vez de lutar pela inclusão das mulheres nesse domínio (Van der Tuin, 2010). Já a terceira vaga do feminismo surge nos anos 90 e exerce o seu foco na multiplicidade, performatividade e construção das identidades de género, tendo em conta os contextos e comunidades específicas (Litosseliti, 2013, p. 23). De facto, o conceito de performatividade de Judith Butler dá o mote para a interpretação das identidades enquanto construtos socioculturais altamente variáveis e produzidos, em grande parte, através da linguagem (Bucholtz, 2014; Ergun, 2010), assistindo-se, assim, ao alargamento da discussão feminista às pessoas que não se identificam com o binário de género e que ansiavam por um veículo que lhes permitisse a expressão da sua identidade (Bucholtz, 2014; Flotow, 2010; Hord, 2016). Assim, e em jeito de resumo, o feminismo começou por se focar na condição de cidadania de segunda classe imposta às mulheres, passando depois a ter o foco no universalismo da experiência feminina, e culminando na contemplação das experiências de género de mulheres de outras raças, etnias, classes e sexualidades (Bucholtz, 2014; Caughie, 2010), e no alargamento a outras identidades fora do binário de género (Bucholtz, 2014).

A linguística acompanhou de perto estes desenvolvimentos feministas, desenvolvendo, também, a sua própria vertente feminista. Esta tem como principal objetivo a teorização de fenómenos linguísticos e da linguagem relacionados com o género, estabelecendo uma relação entre estes e a desigualdade e discriminação de género, e presumindo que a mudança linguística é uma parte crucial da mudança social (Litosseliti, 2013, p. 23). Ora, inicialmente, acompanhando a primeira vaga do feminismo e tendo por foco a condição de cidadania de segunda classe das mulheres, a linguística feminista concentrou-se na análise das diferenças discursivas entre os géneros normativos

(Litosseliti, 2013, p. 24). Tal análise concluiu que o discurso feminino era deficitário em comparação ao masculino, correlacionando as suas opções lexicais, temáticas e de entoação com incerteza e busca por validação do interlocutor (Litosseliti, 2013, p. 28) – anos mais tarde, estas ideias viriam a ser refutadas, argumentando-se com a falta de dados empíricos e o facto de existirem imensas variáveis na análise discursiva, desde o estatuto dos intervenientes, o seu poder, os seus objetivos, o seu papel na interação e o contexto geral da atividade discursiva em questão (Litosseliti, 2013, p. 29). Durante a segunda vaga do feminismo, dá-se o reconhecimento na linguística feminista de que as mulheres foram essencialmente excluídas ou apresentadas de forma negativa nas histórias linguísticas e literárias das suas culturas (Flotow, 2010) e que a linguagem normativa é de natureza sexista e androcêntrica, funcionando, conseqüentemente, como um instrumento de opressão e silenciamento das mulheres (Erdocia, 2022; Ergun, 2010; Fischer, 2009; Litosseliti, 2013, p. 32; Toro, 2018). Assim, as estruturas lexicais, gramaticais e sintáticas, bem como as suas formas e utilizações, passaram a ser analisadas enquanto agentes de viés de género, com o potencial de manter e reforçar a norma binária, e de promover e legitimar a imagem masculina ao invisibilizar as mulheres (Ergun, 2010; Litosseliti, 2013, p. 32). A partir deste momento, a língua e a linguagem passaram a ser consideradas essenciais na promoção de uma mudança social, capaz de contrariar o estado de invisibilidade definido pelo patriarcado (Ergun, 2010; Litosseliti, 2013, p. 24). Foi também nesta altura que várias personalidades da área desafiaram o domínio masculino no que toca à regulamentação e ao planeamento linguístico, ao desmascararem o domínio do masculino na língua e linguagem – apontando a utilização do masculino como pronome genérico (Ergun, 2010; Fischer, 2009; Pauwels, 2003; Sendén et al., 2015) e a falta de fontes femininas na criação de entradas e definições nos dicionários (Litosseliti, 2013, p. 32; Pauwels, 2003). Tal constatação levou a que várias autoras procurassem quebrar o *status quo* através, por exemplo, da utilização do feminino como pronome genérico (Pauwels, 2003), ou através da criação e desenvolvimento de línguas/linguagens que melhor refletissem as vivências das mulheres e conseqüente publicação de obras recorrendo às mesmas (Ergun, 2010). Já durante a terceira vaga do feminismo, a teoria de Judith Butler acentuou ainda mais

o papel da linguística nesta temática ao desenvolver o conceito de performatividade de género, que defende que a identidade, e por consequência, o género e a sexualidade, são construídos através da linguagem (Bucholtz, 2014; McKinlay, 2010) – por outras palavras, as identidades são atos performativos, no sentido em que são expressas, reforçadas e projetadas pelo discurso (McKinlay, 2010). Butler associa, assim, a identidade a uma negociação constante, impossível de separar do aspeto social e linguístico (McKinlay, 2010). Assim, e em jeito de resumo, a linguística feminista tem, também ela, acompanhado os desenvolvimentos das teorias feministas em direção a uma crescente inclusão, abraçando as noções de diversidade e performatividade (Bucholtz, 2014).

Apesar de ter tido maior expressão no meio académico dos Estados Unidos da América, esta discussão foi desenvolvida em países como a França, a Noruega, a Alemanha, a Espanha e muitos outros, revelando que esta assimetria no tratamento dos géneros é comum entre várias línguas e comunidades (Pauwels, 2003) – aos olhos de Ergun (2010), um fenómeno demasiado comum para ser tratado como uma mera coincidência. Estas semelhanças são especialmente notórias na utilização do masculino como forma genérica de representação humana e nas lacunas lexicais, ou seja, a ausência de termos que contemplem ambos os géneros (Pauwels, 2003) – fenómeno este facilmente visível na análise de palavras relativas a profissões e ocupações, como o exemplo supramencionado da palavra “ama”. Apesar destes desenvolvimentos, a discussão em torno da implementação de uma linguagem inclusiva mantém-se, na sua maioria, anglocêntrica (Ergun, 2010; Hord, 2016; Pauwels, 2003), deixando um espaço subdesenvolvido no meio académico no que toca à forma como esta é utilizada e aplicada noutras línguas, especialmente nas que são compostas por sistemas de género diferentes do da língua inglesa (Hord, 2016).

De forma similar à área da linguística, a tradução feminista surgiu no final dos anos 70 e início dos anos 80, no Canadá, tendo por base as discussões supramencionadas da invisibilidade das mulheres causada pelo domínio masculino da língua e linguagem e o movimento da escrita feminista experimental, que procurava criar uma língua/linguagem feminina alternativa àquela que existia na norma (Ergun, 2010). Este

movimento levou à criação de variadas obras que, pela sua criatividade e o seu uso inovador de recursos linguísticos, exigiam de quem as traduzia uma utilização igualmente política e criativa da língua, dando origem às práticas de tradução feminista (Ergun, 2010). Como explicitado por Ergun (2010), estas práticas não só politizaram a ação tradutiva, como contribuíram imensamente para a promoção destas visões feministas fora de fronteiras e encorajaram a utilização da língua enquanto ferramenta de resistência e empoderamento.

No entanto, é importante mencionar que estas análises feministas enfrentaram (e enfrentam ainda) uma enorme resistência, baseada em assunções etimológicas da língua, na confiança nas autoridades linguísticas (Pauwels, 2003), na tradição, na estética (Fischer, 2009) e, acima de tudo, no argumento de que estas análises se baseiam numa relação errada entre o sexo biológico e o género gramatical (Ergun, 2010; Pauwels, 2003). De facto, várias pessoas defendem que o sistema de género gramatical é uma “invenção puramente linguística”, onde o género gramatical não tem qualquer relação com a categoria extralinguística do sexo biológico (Ergun, 2010; Pauwels, 2003; Pessotto, 2019). Tal visão da língua e linguagem é descrita por Ergun (2010) como descontextualizada, anistórica e apolítica, e não é partilhada pela linguística feminista, que acredita que a língua e a linguagem são construtos sociais, criados e desenvolvidos pelo ser humano como forma de expressar e refletir a sua vivência humana de acordo com o contexto histórico-social em que se inserem (Ergun, 2010; Pessotto, 2019). Ora, tendo em conta o domínio masculino dos últimos séculos no desenvolvimento e planeamento linguístico, podemos argumentar que esta “organização interna da língua” (Pessotto, 2019) é efetivamente passível de carregar assimetrias de representação, de forma consciente ou não, já que, como afirma Ergun (2010), a língua não é um sistema fixo de códigos e regras neutros separado do aspeto social. Apesar disso, a questão do género gramatical permanece central na discussão da linguística feminista e da linguagem inclusiva, mas pelo seu papel crucial na utilização e sucesso desta linguagem, já que, como argumentam Fischer (2009), Hord (2016) e Pauwels (2003), existem diferenças na utilização e desenvolvimento da mesma em línguas com marcações de género diferentes, como é o caso das línguas de género marcado (como o português e

o alemão) e as línguas de género natural (como o inglês). De facto, nas línguas com marcação de género, o género reflete-se não só nos nomes, mas nos adjetivos, advérbios e artigos que os acompanham – constituindo uma grande parte da língua (Hord, 2016) e dificultando a aplicabilidade de certas estratégias de linguagem inclusiva. Já nas línguas de género natural, grande parte dos substantivos são neutros em género e este apenas é visível através da utilização de pronomes e nomes específicos – como por exemplo “his/her” ou “brother/sister” (Hord, 2016; Parlamento Europeu, 2018) –, o que torna o desenvolvimento e adoção de uma linguagem inclusiva mais fácil, bastando apenas evitar tais palavras. De facto, podemos argumentar que se tem assistido ao rápido desenvolvimento de uma linguagem inclusiva nos países de língua inglesa há décadas – pensemos na redução na utilização de termos marcados em género já desde os anos 80, como “policeman”, agora “police officer”, ou “stewardess”, agora “flight attendant” (Parlamento Europeu, 2018). Por outro lado, como afirma o Parlamento Europeu (2018), nas línguas com marcação de género é praticamente impossível criar, a partir de palavras já existentes, soluções neutras do ponto de vista do género. No subcapítulo 3.2. entraremos em maior detalhe no que diz respeito às diferentes estratégias de linguagem inclusiva a serem aplicadas neste contexto.

No entanto, antes de expor as diferentes estratégias de linguagem inclusiva, é importante inserir a tarefa de tradução no contexto de um mercado altamente exigente, competitivo e dinâmico, o que impõe certas limitações à aplicação da linguagem inclusiva, e que serão tidas em consideração ao longo do presente relatório. De facto, é importante ver a tradução como uma prestação de serviços a outrem, um trabalho encomendado por uma pessoa ou entidade, que tem o direito de exigir de que forma essa tarefa se desenrolará e quais os critérios que avaliarão a sua qualidade, longe de ser um conceito concreto e objetivo. Durante vários séculos, a tradução foi, tendencialmente, vista como uma atividade invisível, em que a qualidade do produto final dependia intrinsecamente desta invisibilidade e neutralidade de quem traduz como principal critério – ou seja, por outras palavras, uma boa tradução era aquela que passava por um original (Van Wyke, 2010; Venuti, 1995). No entanto, Baker (2013), Brownlie (2010) e Van Wyke (2010) apontam que tal condição de invisibilidade é

impraticável, já que o ser humano está longe de ser unidimensional, neutro, apolítico, e imparcial; e a sua identidade perpassa, tanto de forma consciente como inconsciente, no que produz. E como Van Wyke (2010) afirma, assumir a possibilidade de ser completamente invisível poder levar à falta de consciência do papel que quem traduz desempenha – por outro lado, reconhecer a sua visibilidade pode levar à reflexão crítica das relações entre línguas e culturas e da mediação entre os textos originais e traduzidos. De facto, também Venuti (1995) defende que a viabilidade de uma tradução depende da sua relação com as condições culturais e sociais em que é produzida e recebida, sendo sempre um meio de comunicação limitado pelo contexto em que surge e, conseqüentemente, uma prática política e cultural, com a capacidade de construir ou desafiar identidades e valores na língua de chegada – podemos, assim, afirmar que a tradução tem o potencial de constituir um espaço de resistência, no qual quem traduz pode exercer uma espécie de ativismo, no sentido em que pode utilizar as suas capacidades linguísticas para alargar o espaço narrativo e empoderar as vozes tornadas invisíveis (Baker, 2013). Por sua vez, Gouadec (2010) define a qualidade na tradução como uma junção da qualidade do produto final e da qualidade do serviço fornecido, e admitindo que o que dita a qualidade de uma tradução é a satisfação com o processo e o resultado por parte de quem traduz e de quem encomenda o trabalho. Além disso, Gouadec (2010) lembra que o aspeto económico é, usualmente, o mais relevante na contratação de um serviço de tradução, ficando a qualidade do mesmo em segundo lugar. No entanto, o baixo custo das traduções, por sua vez, exige uma maior rapidez por parte de quem traduz na execução dos trabalhos, para que o seu dia seja efetivamente rentável, o que pode afetar negativamente os níveis de criatividade e a qualidade do produto traduzido (Venuti, 1995), minando, por consequência, o critério base da qualidade de Gouadec (2010) – a satisfação. Além disso, se alinharmos a conceção de satisfação pessoal de quem traduz apresentada por Gouadec (2010) com a perspetiva de ativismo de Baker (2013) e Brownlie (2010) e o conceito de ética da tradução de Van Wyke (2010), podemos presumir que quem adota uma perspetiva feminista na tradução alinhará o seu foco com as injustiças refletidas, desenhadas ou propagadas através da língua, e, por consequência, a sua satisfação pessoal com a

tradução que realiza também dependerá da forma como lhe foi permitido abordar as suas preocupações e aplicar o seu ativismo linguístico. Da mesma forma que a preocupação com a linguagem inclusiva passa a estar incluída nos critérios de satisfação de algumas pessoas que traduzem, a crescente preocupação com esta temática no seio das entidades também revela que a satisfação do próprio cliente com a tradução pode passar a incluir um critério de maior atenção ao viés de género linguístico. Assim, ao contrário de tempos passados, em que a atenção a esta temática por parte de quem traduz raramente era acompanhada pelo cliente, hoje verificamos que é cada vez mais possível que a satisfação pessoal derivada da utilização da linguagem inclusiva por parte de quem traduz coexista com a satisfação do cliente que quer adotar uma linguagem inclusiva.

Em suma, é possível verificar que a área da tradução, no seu estado atual, exhibe algumas limitações no que diz respeito à utilização de uma linguagem inclusiva. A necessidade de maior produtividade por parte de quem traduz para colmatar o baixo custo das traduções e tornar o trabalho rentável leva à redução do tempo disponível para analisar em detalhe os desafios da tradução em mãos e selecionar as metodologias a aplicar. No entanto, as tendências mais recentes de mercado têm também criado o interesse por parte das entidades em utilizar a linguagem inclusiva. Assim, o estudo e a exposição das estratégias de linguagem inclusiva na fase de tradução podem, não só, aumentar a sensibilidade a este assunto por parte de quem traduz, mas também, acima de tudo, auxiliar a rápida e eficaz aplicação de uma linguagem inclusiva, tendo em conta as exigências e limitações da área a que já fizemos referência. Assim, o presente relatório propõe-se expor determinadas estratégias de aplicação da linguagem inclusiva específicas da tarefa de tradução e pós-edição para o português europeu, para agilizar a deteção de possíveis problemas de viés de género e o solucionar dos mesmos.

No presente subcapítulo discutimos as raízes teóricas da linguística feminista e como estas estão intimamente ligadas ao pensamento feminista, acompanhando de perto a sua evolução. Explorámos também algumas das principais críticas ao desenvolvimento e implementação da linguagem inclusiva, dando especial atenção ao género gramatical, que, por se manifestar de forma diferente nas variadas línguas, exige a aplicação de

diferentes estratégias de linguagem inclusiva. Por ser impossível manter a invisibilidade e neutralidade ao traduzir, quem o faz tem o poder de utilizar a língua enquanto ferramenta de empoderamento de comunidades tornadas invisíveis; conferindo à tradução, juntamente com a redação, um papel fundamental na promoção e normalização da utilização da linguagem inclusiva. O crescente interesse por parte das entidades em responder às exigências de inclusão das sociedades modernas também tem originado um maior empenho por parte das mesmas em aplicar a linguagem inclusiva, tanto na fase de redação como de tradução. Ora, tendo em conta as limitações do mercado da tradução, é necessário estudar e delinear as diferentes estratégias de linguagem inclusiva a serem aplicadas, de forma que quem traduz desenvolva novas competências e consiga responder a estas mudanças mantendo a qualidade e rentabilidade da profissão.

3.2. Estratégias para uma linguagem inclusiva

Ora, após esta apresentação do contexto histórico-social em que nasce a busca por uma linguagem inclusiva e o seu enquadramento teórico, resta saber de que formas esta pode ser efetivamente introduzida e aplicada nas línguas já existentes, tendo em conta as suas características e “constrangimentos” naturais (Ergun, 2010). No entanto, antes de prosseguir, é importante notar que defender a utilização generalizada da linguagem inclusiva não implica necessariamente que todos os textos devam ser redigidos ou traduzidos tendo por base a mesma. De facto, como sugere o Parlamento Europeu (2018), existem certos casos em que a marcação de género deve ser mantida, seja por vontade do autor, por se conhecer a identidade das pessoas a que se refere o texto, ou por razões políticas e sociais – Ergun (2010) dá o exemplo da tradução de um texto que recorre à linguagem sexista para expor uma crítica às atitudes sexistas das personagens, para concluir que quem traduz deve desenvolver estratégias específicas, não só às línguas com que trabalha, mas também aos contextos apresentados. Uma tradução sensível à questão do género, portanto, não pressupõe sempre uma substituição dos elementos marcados em género de um texto por outros não marcados, já que, por vezes, a intenção poderá ser mesmo a de manter esses elementos de forma a chamar a atenção para os mesmos e criar uma reação adversa nos leitores (Ergun, 2010). No

entanto, Ergun (2010) defende que tais opções tradutivas devem ser sempre acompanhadas de comentários metatextuais, como prefácios ou notas de rodapé, para que o leitor seja informado das mesmas – é importante notar, contudo, que tais opções são fáceis de aplicar na tradução literária, mas dificilmente aplicáveis aos contextos da tradução técnica ou multimédia, pelas especificidades desta tipologia de trabalhos. Assim, podemos argumentar que se deve seguir uma perspetiva funcionalista, que dê primazia à funcionalidade ou adequação do texto de chegada para determinar quais os melhores métodos e estratégias a aplicar à sua atividade (Nord, 2010). Esta informação deveria, idealmente, ser suprida pelo cliente, através de materiais que auxiliassem na definição dos seus objetivos, intenções e público-alvo (Nord, 2010), mas sabemos que tal fenómeno nem sempre se verifica no mercado da tradução, quando tais informações não são fornecidas. Como referido anteriormente, a TIPS mantém um guia de estilo próprio para os casos em que se dão estas lacunas instrucionais, de forma a garantir a coesão e qualidade de todos os trabalhos, e também este pressupõe determinadas regras no que toca à linguagem inclusiva.

Nos casos em que se procura, efetivamente, a aplicação de uma linguagem inclusiva, torna-se relevante a capacidade de detetar possíveis problemáticas na marcação de género. Tal tarefa é mais difícil do que parece, até para a mente mais focada na aplicação da linguagem inclusiva, e tal se deve ao facto de o discurso normativo estar profundamente enraizado na nossa mente, saindo-nos naturalmente – impõe-se, assim, a atenção ao detalhe e várias releituras. Ao longo do presente relatório, serão analisadas apenas as estratégias de deteção de problemáticas de género e de aplicação de uma linguagem inclusiva do inglês para o português europeu, já que estas línguas constituíram a grande parte da experiência do estágio curricular aqui contemplado. Ora, como já mencionado, o inglês é uma língua de género gramatical, o que resulta na manifestação do género essencialmente através dos pronomes e determinados substantivos, como “mother”, “father”, “brother”. Já no caso do português, são vários os elementos frásicos que são marcados em género – os determinantes, os pronomes, os substantivos, os adjetivos e inclusivamente alguns tempos verbais, como o participio

passado (“A Maria foi atropelada”/ “O João foi atropelado”). São esses elementos frásicos que requerem a nossa atenção e pensamento criativo.

Assim que nos focamos nos elementos problemáticos quanto ao género, podemos passar à escolha da estratégia de linguagem inclusiva mais adequada. A literatura na área prevê duas grandes estratégias, que serão analisadas em detalhe ao longo deste capítulo: o equilíbrio/feminização e a neutralização (Erdocia, 2022; Ergun, 2010; Pauwels, 2003; Sendén et al., 2015). A estratégia do equilíbrio/feminização, mais comum em línguas com marcação de género gramatical (como é o caso do português, do espanhol e do alemão), implica, como o nome indica, a busca por um equilíbrio na linguagem, através do desenvolvimento de versões femininas/masculinas em palavras anteriormente marcadas por um único género (Sendén et al., 2015) – considerem-se os exemplos supramencionados no que diz respeito às palavras enfermeira/enfermeiro, bombeiro/bombeira. No entanto, tal estratégia encontra-se automaticamente excluída da margem de manobra de quem traduz, já que não lhe cabe a criação e o desenvolvimento de novas palavras, algo que poderia ser considerado um erro linguístico por parte do cliente. Além dessa opção, e já dentro da margem de manobra de quem traduz, a estratégia do equilíbrio/feminização prevê também a utilização de pares masculino-feminino ou de uma marcação de género dupla – como por exemplo, “os alunos e as alunas” e “os/as alunos/as”, respetivamente (Erdocia, 2022; Pauwels, 2003). No entanto, é importante lembrar que, não só tais construções apenas visibilizam os géneros binários, como a ordem em que os mesmos são escritos pode refletir e perpetuar a existência de uma hierarquia entre os mesmos (Ergun, 2010). Além disso, tais opções são, geralmente, evitadas pela TIPS e a maioria dos seus clientes, já que tornam os textos mais difíceis de ler, bem como os tornam mais longos – o que pode ser problemático em trabalhos com limites de caracteres ou espaço reduzido (como é o caso da tradução audiovisual ou de *software*).

No ponto oposto do espectro encontram-se as estratégias de neutralização. Estas, mais comuns nas línguas de género natural, como o inglês, implicam a preferência por formas neutras em detrimento das marcadas em género (Sendén et al., 2015) – tomemos como exemplo a utilização de “o ser humano”, em vez de “o Homem” (Parlamento Europeu,

2018). Contudo, estas estratégias podem ser aplicadas às restantes línguas. Nesta ótica, o Parlamento Europeu (2018) recomenda, no caso do português europeu, a substituição de termos específicos quanto ao género através da utilização de nomes sobrecomuns, ou seja, que têm apenas um género gramatical mas que designam pessoas no geral, independentemente do seu género (como “o corpo docente”, em vez de “os professores”); a utilização de nomes coletivos (como “a direção”, em vez de “os diretores”); e a utilização de pronomes invariáveis (“quem”) e de frases passivas (“as candidaturas devem...”, ao invés de “os candidatos devem...”). De acordo com Erdocia (2022), também se insere na categoria da neutralização a utilização de novos morfemas sem género, como as letras “e” ou “u”, ou a utilização de caracteres gráficos ou letras (“@” ou “x”), fenómeno este cada vez mais visível na língua portuguesa (tomemos o exemplo dos pronomes “elu/delu”, ou a formulação “alun@s”). É, no entanto, importante mencionar, que estas formulações com caracteres gráficos são impossíveis de pronunciar (Erdocia, 2022), o que levanta alguns problemas na sua legibilidade e consequente aplicabilidade generalizada, sendo ainda alvo de discussão entre ativistas. Além disso, tais soluções não se encontram ainda consagradas formalmente, podendo a “estranheza” destas formulações refletir-se negativamente na interação das pessoas com um determinado texto, produto ou marca. Apesar das dificuldades inerentes à criação e desenvolvimento de novas palavras, Sendén et al. (2015) afirmam que tal poderá mesmo ser necessário para evitar o viés de género, já que vários estudos na língua inglesa comprovam que, mesmo recorrendo a palavras consideradas “neutras”, como “they”, “person”, ou “human”, estas continuam a ser interpretadas e associadas a um viés masculino ou cisgénero.

Ora, reconhecendo as limitações da área da tradução, nomeadamente o facto de se inserir numa prestação de serviços a outrem e estar, portanto, sujeita aos desejos da entidade contratante, a avaliações rigorosas e a um mercado altamente competitivo, é importante compreender quais as estratégias de linguagem inclusiva que estão, efetivamente, ao alcance de quem traduz. Como supramencionado, durante a presente experiência de estágio curricular na TIPS, pôde verificar-se que existe, de facto, um interesse crescente por parte das entidades na aplicação de uma linguagem cada vez

mais inclusiva, sendo que algumas delas já abordavam essa temática nos seus guias de estilo, exemplificando os métodos a seguir para melhor a atingir; ou redigiam os seus materiais com especial atenção à questão do género. No entanto, também houve a oportunidade de verificar que as avaliações realizadas pelas entidades são bastante minuciosas, baseadas essencialmente na correção linguística do português, mas também na “naturalidade” ou frequência de uso de certas palavras e estruturas frásicas – criando-se assim, uma espécie de “teto mínimo e máximo” de possibilidades, já que nem sempre a linguagem inclusiva é a mais “natural” ou comum. Assim, pretende-se com este relatório a manutenção do realismo no que diz respeito ao facto de esta profissão estar inserida num mercado cada vez mais exigente e competitivo, subjugado a interesses maiores do que os de quem traduz ou faz pós-edição. Posto isto, podemos já concluir que alguns mecanismos de ambas as estratégias de linguagem inclusiva são impossíveis de aplicar no âmbito da tradução/pós-edição. Um deles, como já referimos, é a criação de novas variantes femininas ou masculinas de palavras com um único género marcado – devido ao facto de a correção linguística ser uma componente essencial na avaliação da qualidade, seria impraticável presumir que quem traduz ou faz pós-edição pudesse criar palavras inexistentes (tal poderia prejudicar a inteligibilidade do texto por parte dos seus leitores, bem como resultar numa avaliação negativa por parte do cliente e até conseqüente perda do mesmo). O mecanismo de utilização de novos morfemas e pronomes, pertencente à categoria de estratégias de neutralização, também seria impossível de verificar na prática, já que, apesar de estes existirem efetivamente na linguagem informal (como é o caso de “elu/delu” ou “alun@s”), não estão consagrados na língua e seriam considerados, mais uma vez, erros (exceto nos casos em que a entidade mostrasse abertura à sua utilização). Durante o presente estágio na TIPS, pôde observar-se que existe, efetivamente, uma certa reticência na utilização deste último mecanismo, quer por parte da própria empresa, quer por parte dos clientes. Num dos trabalhos realizados, uma espécie de brochura de comunicação interna de uma empresa, destinada a informar e encorajar uma melhoria nas relações entre colegas de trabalho, o texto de partida referia especificamente a importância de tratar quem nela trabalha pelos pronomes com que estas pessoas se identificam, dando

o exemplo do pronome neutro em inglês “they/them”. Face esta menção explícita dos termos, propus na minha tradução o equivalente em português “elu/delu”, fazendo-a acompanhar de uma justificação da minha tomada de decisão à pessoa responsável pela revisão do trabalho. Neste caso, mesmo sabendo que tal não se encontra consagrado ainda na comunidade e tendo verificado que o guia de estilo da TIPS não lhe era favorável, considerei que, por ter sido mencionada também na língua de partida, o cliente poderia estar mais recetivo a esta opção. No entanto, esta foi eliminada no processo de revisão, como podemos verificar na Tabela 3.

Tabela 3 – Excerto do trabalho 60

Número do trabalho: 60		
Área de trabalho: Formação		
Tipo de documento: Correspondência		
Original	Tradução	Revisão
When referring to someone, use the same pronouns for <u>them</u> as <u>they</u> would use to identify <u>themselves</u> (e.g. <u>they/them</u>)	Ao referir-se a alguém, utilize os pronomes que <u>essa pessoa</u> utilizaria para se referir a <u>si própria</u> (por exemplo, <u>elu/delu</u>)	Ao referir-se a alguém, utilize os pronomes que <u>essa pessoa</u> utilizaria para se referir a <u>si própria</u>

Esta opção de eliminação durante a fase de revisão prendeu-se com o facto de, como supramencionado, estes pronomes ainda não estarem estabelecidos na língua – não só não existe ainda consenso quanto ao pronome neutro a ser implementado em contextos informais, como este ainda não se encontra consagrado formalmente. Por estas razões, o seu emprego nas traduções/pós-edições poderia ser considerado estranho, distrativo, e até mesmo incorreto de um ponto de vista linguístico. Por outro lado, como podemos verificar, existiram nesse segmento outras partes passíveis de serem problemáticas no que diz respeito à sua tradução para o português de forma inclusiva – de facto, no texto

de partida, são utilizados os pronomes “they” e “them”, em português marcados em género (“eles/elas” e “deles/delas”, respetivamente). Optando pela utilização da palavra “pessoa”, esse problema ficou automaticamente resolvido sem prejudicar a “naturalidade” do discurso – e, como podemos observar, tal opção foi bem recebida na fase de revisão.

Como já referido, a estratégia do equilíbrio/feminização prevê a utilização de pares masculino-feminino (como “os alunos e as alunas”), mecanismo este que não observei durante o meu estágio na TIPS. Na verdade, constava do guia de estilo da empresa (e até de determinadas entidades com que trabalhávamos) o desencorajamento no que toca à utilização destas formas, já que estas eram consideradas repetitivas e pouco naturais, bem como tornam o texto mais extenso e difícil de ler (por quebrarem o fluxo de leitura). De forma semelhante, a marcação de género dupla, usualmente sob a forma de barra (“o/a”) ou parênteses (“o(a)”), também um mecanismo da estratégia de equilíbrio/feminização, surgiu apenas com um único cliente (5). Nos outros casos, o guia de estilo da TIPS, e por vezes, os guias de estilo dos clientes, não eram favoráveis a esta opção, já que era tida como “confusa” e/ou “distrativa”, bem como, mais uma vez, tornam o texto mais extenso e difícil de ler. Além disso, convém mencionar que ambas as opções são perpetuadoras do binário de género, já que, apesar de incluírem uma comunidade anteriormente excluída, nomeadamente a população feminina, a utilização de duas formas (ele/ela) perpetua a exclusão de pessoas cuja identidade é não-binária (Sendén et al., 2015); bem como mantém a hierarquia entre géneros (já que o pronome masculino surge, tendencialmente, primeiro do que o feminino), e até a invisibilidade de um deles (quando se recorre aos parênteses). Apenas nos trabalhos desse cliente em particular é que esta forma era mantida, mesmo quando existiam soluções que consideradas mais adequadas na perspetiva da linguagem inclusiva, em que a menção ao género podia ser evitada na totalidade. Um desses exemplos segue ilustrado na Tabela 4: a palavra “welcome”, obrigatoriamente marcada em género quando traduzida para o português (“bem-vindo” ou “bem-vinda”), foi traduzida tendo em conta a estratégia de marcação de género dupla por meio de parênteses. Esta decisão prendeu-se com o facto de ser uma frase já estabelecida na memória de tradução (MT)

do cliente, com uma correspondência de 99%, e cuja alteração afetaria, portanto, a coesão com os restantes produtos do mesmo. Analisando em retrospectiva, teria sido interessante, na altura, tentar negociar a possibilidade de contactar o cliente e propor uma solução mais adequada – mesmo que esta implicasse um desvio da solução padrão já aplicada aos restantes produtos do cliente.

Tabela 4 – Excerto do trabalho 68

Número do trabalho: 68		
Área de trabalho: Tecnologia		
Tipo de documento: Página web		
Original	Tradução	Revisão
<u>Welcome</u> to (...)	<u>Bem-vindo(a)</u> ao (...)	<u>Bem-vindo(a)</u> ao (...)
Proposta de linguagem inclusiva: Damos-lhe as boas-vindas ao (...)		

Tal marcação de género poderia ter sido evitada caso a estratégia aplicada tivesse sido a da neutralização. Assim, no caso a que se refere a Tabela 4, a proposta atual, tendo em conta a estratégia de neutralização, seria “Damos-lhe as boas-vindas ao...”, opção esta que retiraria o peso da marcação de género necessária à formulação original através da nominalização do adjetivo em questão (“bem-vindo”), necessariamente marcado em género, e à qual a TIPS recorre frequentemente em situações semelhantes. Mais uma vez, como mencionado anteriormente, quem critica a linguagem inclusiva poderá argumentar que tal solução não é tão natural quanto a original, mas sendo ela correta linguisticamente, o levantamento de problemas por parte do cliente poderia ser facilmente ser justificado.

Contudo, o maior desafio linguístico ao longo do estágio foi a existência frequente do masculino genérico, profundamente enraizado na língua portuguesa e cuja tentativa de evitar leva, por vezes, a construções consideradas menos “naturais” e fluidas. Analisemos esses casos. Na Tabela 5, apresentada adiante, podemos verificar um dos

textos de carácter institucional supramencionados. Como já discutimos, este cliente (23) em particular não dedicou uma única parte do seu guia de estilo e das instruções específicas deste trabalho à linguagem inclusiva, mas pôde verificar-se que a linguagem do texto de partida era bastante cuidada neste aspeto, não existindo qualquer marcação de género. As únicas instruções específicas a este trabalho pediam que o termo “New Yorkers” fosse mantido na forma de um equivalente na língua de chegada, ou seja, existia uma preferência pelo equivalente “nova-iorquinos” em vez de “de Nova Iorque”. De forma a manter o adjetivo “nova-iorquinos”, existiam duas possibilidades de formulação frásica: “Aulas de inglês gratuitas para os imigrantes nova-iorquinos!” ou “Aulas de inglês para a população imigrante nova-iorquina!”. Em último caso, poderíamos também ter contactado o cliente, que poderá não estar familiarizado com o facto de o português ser fortemente marcado em género, inclusivamente nos adjetivos, para propor uma opção sem o adjetivo “nova-iorquinos”, mas sim recorrendo à formulação “de Nova Iorque”: “Aulas de inglês gratuitas para a população imigrante de Nova Iorque!”, que mantém a fluidez e naturalidade do discurso. Infelizmente, na altura, não nos ocorreu a segunda formulação (“a população imigrante nova-iorquina”), que consideramos a mais adequada.

Tabela 5 – Excerto do trabalho 69

Número do trabalho: 69		
Área de trabalho: Setor público e organizações		
Tipo de documento: Material institucional		
Original	Tradução	Revisão
Free English classes for <u>immigrant New Yorkers!</u>	Aulas de inglês gratuitas para <u>os imigrantes nova-iorquinos!</u>	Aulas de inglês gratuitas para <u>os imigrantes nova-iorquinos!</u>
Proposta de linguagem inclusiva: Aulas de inglês gratuitas para a população imigrante nova-iorquina!		

Este exemplo marca perfeitamente duas questões essenciais na aplicação da linguagem inclusiva. A primeira é que, regra geral, existem sempre soluções de linguagem inclusiva nas línguas, mesmo quando tal não parece ser o caso. A segunda é que, infelizmente, nem sempre nos lembramos de todas as soluções possíveis quando mais necessitamos delas. Contudo, todas as experiências, bem ou malsucedidas, são sempre oportunidades de aprendizagem, melhoria, e conseqüente desenvolvimento pessoal – o importante é manter a abertura à reflexão.

Felizmente, nem todos os casos expostos ao longo do presente relatório serão casos de arrependimento no que diz respeito à tomada de decisão tradutiva. No caso da Tabela 6, relativo à tradução de um videojogo, existia uma correspondência com a MT da TIPS para o segmento em questão, mas que era marcado em género (“Mantém-te atento às novidades!”). Assim, foi proposta uma opção de linguagem inclusiva (“Mantém-te a par das novidades!”), aproveitando o facto de se tratar de um jogo para recorrer a uma linguagem mais coloquial e utilizando isso a nosso favor, deixando uma nota para a pessoa responsável pela revisão a justificar a tomada de decisão. Como podemos verificar pela Tabela 6, a sugestão foi bem recebida, revelando também a preocupação com esta temática por parte da equipa da TIPS.

Tabela 6 – Excerto do trabalho 70

Número do trabalho: 70		
Área de trabalho: Tecnologia		
Tipo de documento: Videojogo		
Original	Tradução	Revisão
Stay <u>tuned</u> for news!	Mantém-te <u>a par</u> das novidades!	Mantém-te <u>a par</u> das novidades!

Recuperando o trabalho 60 (já apresentado através da Tabela 3), relativo à tradução de uma comunicação interna de uma empresa sobre as boas práticas entre colegas,

deparamo-nos com um segmento que, inicialmente traduzimos sem qualquer reflexão, talvez pelo facto de o masculino genérico estar realmente enraizado na nossa língua, aliado ao constrangimento temporal e que, em segunda análise, não bate certo com a intenção comunicativa da empresa nem com o esforço aplicado em neutralizar as marcações de género, como se demonstra na Tabela 3. De facto, como podemos observar na Tabela 7, o texto de partida está redigido de forma cuidada no que diz respeito à linguagem inclusiva, não existindo qualquer marcação de género. No entanto, a nossa opção tradutiva automática foi a do masculino genérico, tornando, inconscientemente, um documento cujo objetivo era promover a inclusão e a diversidade no seio da empresa num documento de carácter exclusivo. Hoje, teríamos optado por uma estratégia de neutralização por meio da nominalização, ou seja, trocando os adjetivos (naturalmente marcados em género) por nomes – “Mantenha a curiosidade e recetividade a comentários...”.

Tabela 7 - Excerto 2 do trabalho 60

Número do trabalho: 60		
Área de trabalho: Formação		
Tipo de documento: Correspondência		
Original	Tradução	Revisão
Be <u>curious</u> and <u>open</u> to feedback on how you can be <u>a good</u> (...)	Seja <u>curioso</u> e <u>recetivo</u> a comentários sobre como pode ser <u>um bom</u> (...)	Seja <u>curioso</u> e <u>recetivo</u> a comentários sobre como pode ser <u>um bom</u> (...)
Proposta de linguagem inclusiva: Mantenha a curiosidade e recetividade a comentários sobre como pode melhorar enquanto (...)		

Contudo, neste exemplo também é possível verificar que, na parte da frase relativa a “...como pode ser **um bom**...”, o evitar da marcação de género parece impossível. A parte da frase omitida (por questões de confidencialidade) diz respeito a um termo em

inglês sem marcação de género e que a empresa pretendia manter por traduzir, e cuja tradução, recorrendo ao adjetivo “bom/boa”, implica necessariamente uma marcação de género. Até agora, a única solução que nos pareceu adequada ao nível da linguagem inclusiva foi “Mantenha a curiosidade e receptividade a comentários sobre como pode melhorar enquanto (...)”, que, apesar de alterar ligeiramente o sentido do original, consideramos uma opção adequada ao seu contexto. A Tabela 7 surge como um ótimo exemplo sobre como, mesmo quando nos esforçamos por aplicar uma linguagem inclusiva, o nosso cérebro está ainda formatado para o discurso normativo, sendo um verdadeiro exercício mental o evitar destas formulações. Também nos demonstra que as estratégias de linguagem inclusiva são, na verdade, ilimitadas e dependem, acima de tudo, da criatividade e tempo disponível.

Assim, em jeito de conclusão, ao longo deste subcapítulo exploramos as variadas estratégias de linguagem inclusiva que existem. Apesar de algumas parecerem menos adequadas à utilização generalizada por perpetuarem ainda o binário de género (como é o caso dos pares masculino-feminino ou da marcação dupla), todas devem ser consideradas tendo em conta os objetivos específicos de cada texto. Para além disso, pudemos também verificar que cada caso deve ser analisado individualmente, recorrendo à nossa criatividade para poder atingir a melhor solução, característica esta indispensável a quem traduz e deseja aplicar-se em direção a uma linguagem inclusiva. Contudo, é importante referir que existem áreas nas quais é mais difícil fazer quaisquer alterações no sentido da linguagem inclusiva – são elas a área jurídica e a área médica, a serem analisadas no seguinte subcapítulo.

3.2.1. A linguagem inclusiva em textos jurídicos e médicos

A tradução jurídica e médica insere-se na categoria de tradução técnica e especializada, que requer conhecimentos linguísticos, bem como conhecimentos específicos dessas áreas em concreto – usualmente, por essa razão, estas são consideradas áreas de maior dificuldade. Cao (2010) aponta este carácter difícil da tradução jurídica e associa-o às diferenças linguísticas, culturais e entre sistemas legais – de facto, apesar de a linguagem jurídica ser uma linguagem técnica, ao contrário de outras (como a linguagem utilizada em ciências como a matemática e a física), esta não é de forma alguma universal,

apresentando-se de variadas formas consoante o sistema legal nacional e afetando, por consequência, a terminologia, os conceitos, os métodos e os princípios (Cao, 2010). De facto, como afirma Busby (1989), a estrutura linguística de um texto reflete, afeta e mantém os papéis, os fins e as ideologias de quem está envolvido, o que por sua vez expressa valores políticos e sociais. No entanto, no que diz respeito à temática da linguagem inclusiva, podemos afirmar que a linguagem jurídica demonstra uma tendência transversal aos diferentes contextos nacionais ao excluir, desvalorizar, trivializar e ignorar sistematicamente as mulheres e restantes identidades de género, favorecendo, por outro lado, o masculino (Busby, 1989) – no caso do português europeu, pensemos na constante utilização de terminologia que recorre ao masculino genérico (como “parceiro”, “proprietário”, “senhorio”, “arrendatário”). A sua formalidade e a sua raiz na tradição, bem como a preocupação com a clareza e possível confusão textual, dificultam a introdução de alterações relativas à linguagem inclusiva e exigem um forte compromisso por parte de quem a utiliza (Toro, 2018). Contudo, Fischer (2009) e Toro (2018) afirmam que a implementação da linguagem inclusiva no Direito é essencial, já que esta pode agir como garante de justiça ao evitar a invisibilidade provocada pelo masculino genérico e ao reconhecer a discriminação desta prática, bem como também pode contribuir para a clareza e objetividade do discurso – de facto, Fischer (2009) e Toro (2018) questionam a clareza da utilização do masculino genérico, já que se torna impossível ou difícil de perceber se algo é aplicável apenas a homens ou também às restantes identidades de género.

Ao longo do presente estágio na TIPS houve a oportunidade de traduzir vários documentos jurídicos, sendo possível confirmar a dificuldade e intransigência na área, como ela se encontra de momento, para a implementação de uma linguagem inclusiva. Assim sendo, mesmo quando o texto de partida era redigido sem qualquer marcação de género em inglês, em quase todos os casos com que nos cruzámos, o masculino genérico foi mantido, como podemos observar na Tabela 8, materializado no termo “o parceiro”, resultando na constante exclusão de outras identidades no sistema legal.

Tabela 8 – Excerto do trabalho 1

Número do trabalho: 1		
Área de trabalho: Direito		
Tipo de documento: Documento jurídico		
Original	Tradução	Revisão
<u>The Partner</u> and its (...) shall include in their (...) security controls of which the establishment and operating effectiveness is tested and reviewed on a periodic basis.	<u>O Parceiro</u> e as suas (...) deverão incluir nos seus (...) controlos de segurança, cuja instalação e eficácia operacional é testada e revista periodicamente.	<u>O Parceiro</u> e as respetivas (...) incluirão nos respetivos (...) controlos de segurança cuja instalação e eficácia operacional é testada e revista periodicamente.
Proposta de linguagem inclusiva: <u>A Pessoa que integra a parceria</u> e as suas (...) incluirão nos respetivos (...) controlos de segurança cuja instalação e eficácia operacional é testada e revista periodicamente.		

Apesar de não concordarmos com a utilização do masculino genérico através de “O parceiro”, por esta invisibilizar as restantes pessoas que integram a sociedade, e até por contradizer o objetivo de clareza da linguagem jurídica (já que não fica claro se tal texto é aplicável a, por exemplo, uma parceira); compreendemos que as possíveis propostas de linguagem inclusiva também demonstrem algumas problemáticas. Neste exemplo em concreto, a única solução que proporíamos é “A pessoa que integra a parceria”, opção esta que poderia ser demasiado longa para um termo crucial num documento jurídico e levantar problemas de maiusculização – mas que parece, apesar de tudo, uma opção mais adequada à sociedade atual do que a utilização do masculino genérico. Além disso, neste caso em particular, o termo “partner” e sua tradução como “parceiro” faziam parte do glossário fornecido pelo cliente, não existindo, por isso, margem para qualquer alteração no sentido da linguagem inclusiva – servindo a utilização deste

exemplo no presente relatório como mera ilustração de uma possível transição para uma linguagem inclusiva em contexto jurídico.

Também no caso exposto na Tabela 9, a proposta de tradução conteve linguagem marcada em género, por se ter considerado impossível evitá-la. No entanto, a pessoa encarregada da revisão do texto eliminou facilmente tal marcação de género, ao tratar estas palavras como termos do acordo e retirando-lhes os determinantes que as precediam. Assim, expressões como “titular dos dados”, “responsável pelo tratamento” e “subcontratante” cessaram de ter o pendor exclusivamente masculino que lhes havíamos atribuído na fase de tradução, e passaram a ser mais inclusivas, justas e claras.

Tabela 9 – Excerto do trabalho 36

<p>Número do trabalho: 36</p> <p>Área de trabalho: Direito</p> <p>Tipo de documento: Documento jurídico</p>		
Texto de Partida	Tradução	Revisão
<p>When used in this Agreement, personal data, data <u>subject</u>, processing, <u>controller</u>, and <u>processor</u> have the meaning assigned to these terms under applicable Data Protection Laws.</p>	<p>Quando utilizados no presente Contrato, os dados pessoais, <u>o titular dos dados</u>, o tratamento, <u>o responsável</u> pelo tratamento de dados e <u>o subcontratante</u> têm o significado atribuído a estes termos de acordo com as Leis de Proteção de Dados aplicáveis.</p>	<p>Quanto utilizados no presente Acordo, “Dados Pessoais”, “<u>Titular dos Dados</u>”, “Tratamento”, “<u>Responsável</u> pelo Tratamento” e “<u>Subcontratante</u>” têm o significado atribuído a estes termos de acordo com a Legislação de Proteção de Dados aplicável.</p>

Finalmente, no que diz respeito à linguagem jurídica, deu-se ainda um caso em que tivemos a possibilidade de aplicar uma linguagem inclusiva, de uma forma bastante subtil, como podemos observar na Tabela 10. Este documento era um registo de nascimento e este segmento dizia respeito à possibilidade de alteração do nome dado no nascimento para o nome de batismo, sendo necessário, para esse efeito, a apresentação de um documento.

Tabela 10 – Excerto do trabalho 83

<p>Número do trabalho: 83</p> <p>Área de trabalho: Direito</p> <p>Tipo de documento: Documento jurídico</p>		
Original	Tradução	Revisão
<p>If <u>your child</u> was baptized in a Christian church you will need a ‘Certificate of name given in baptism’ completed by the vicar/minister of the church where the baptism took place. A blank certificate is available from your local register office.</p>	<p>Se <u>a criança</u> foi batizada numa igreja cristã, é necessário um “Certificado do nome atribuído no batismo” preenchido pelo pastor/padre da igreja onde realizou o batismo. O registo civil local dispõe de certificados por preencher.</p>	<p>Se <u>a criança</u> foi batizada numa igreja cristã, é necessário um “Certificado do nome atribuído no batismo” preenchido pelo pastor/padre da igreja onde ocorreu o batismo. O registo civil local dispõe de certificados por preencher.</p>

Ora, como podemos observar, o texto de partida está redigido de forma neutra no que diz respeito à marcação de género. No entanto, em português, uma tradução que pretendesse a manutenção do determinante “your” implicaria uma marcação de género, já que a utilização deste a par da palavra sem marcação do sexo biológico (“criança”) não soa natural na língua de chegada (“a sua criança”). Assim, se desejássemos manter o determinante possessivo, seríamos obrigados a que o nome que

lhe segue fosse “filho” ou “filha”. De forma a evitar tal marcação de gênero desnecessária derivada de um possessivo também ele desnecessário à compreensão do texto, optámos pela omissão do mesmo, mantendo apenas “a criança”, justificando tal decisão à pessoa encarregada pela revisão – como podemos observar, a proposta foi mantida.

Assim, em jeito de resumo, podemos verificar que, na língua de partida (nomeadamente o inglês), a redação dos textos jurídicos já demonstra uma tendência marcada na utilização da linguagem inclusiva. Por outro lado, no português europeu, tais questões ainda não se encontram plenamente resolvidas (como se pode verificar na utilização recorrente do termo marcado em género “parceiro”), e a sua resolução é ainda árdua na fase de tradução. Contudo, existem esforços em direção a uma linguagem inclusiva em contexto jurídico que são possíveis de adotar de forma generalizada, sem prejudicar de forma alguma a interpretação dos textos.

Da mesma forma, a área da Medicina demonstra também alguma resistência na implementação e utilização da linguagem inclusiva, o que por sua vez perpetua o estado de invisibilidade de determinadas pessoas na sociedade (Langer, 2011). A presente experiência na TIPS também permitiu verificar que, em contextos menos técnicos, a possibilidade de aplicação de uma linguagem inclusiva era maior, como podemos verificar através do exemplo ilustrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Excerto do trabalho 53

Número do trabalho: 53		
Área de trabalho: Medicina		
Tipo de documento: Correspondência		
Original	Tradução	Revisão
If this option is available, the study medication will be shipped to your home.	Se esta opção estiver disponível, a medicação do estudo será enviada para o	Se esta opção estiver disponível, a medicação do estudo será enviada para o

<p><u>A</u> home health care <u>professional</u> trained for this study will come to <u>your</u> home. They will administer the medication to you. <u>They</u> will also check your general health, perform a physical examination, review any questionnaires, and stay with <u>you</u> for about an hour to check on your health after giving the injections.</p>	<p>seu domicílio. <u>Um</u> <u>profissional</u> de saúde ao domicilio com formação para o presente estudo irá visitá-<u>lo</u> a casa e administrar-lhe a medicação. <u>Este</u> também irá analisar a sua saúde geral, realizar exames físicos, analisar quaisquer questionários e acompanhá-<u>lo</u> durante cerca de uma hora para verificar a sua saúde após a administração das injeções.</p>	<p>seu domicílio. <u>Um</u> <u>profissional</u> de saúde ao domicilio com formação para o presente estudo irá <u>deslocar-se</u> a sua casa e administrar-lhe a medicação. <u>Também</u> irá analisar a sua saúde geral, realizar exames físicos, analisar quaisquer questionários e permanecer <u>consigo</u> durante cerca de uma hora para verificar a sua saúde após a administração das injeções.</p>
--	---	--

Proposta de linguagem inclusiva: Se esta opção estiver disponível, a medicação do estudo será enviada para o seu domicílio. Uma pessoa que desempenhe a função de profissional de saúde ao domicilio com formação para o presente estudo irá deslocar-se a sua casa e administrar-lhe a medicação. Também irá analisar a sua saúde geral, realizar exames físicos, analisar quaisquer questionários e permanecer consigo durante cerca de uma hora para verificar a sua saúde após a administração das injeções.

O caso exposto acima serve de exemplo de que, se não nos esforçarmos pela aplicação de uma linguagem inclusiva, a opção automática do nosso cérebro tende a refletir a linguagem normativa, e tem por consequência a invisibilidade das restantes pessoas a quem este texto se dirigia. Felizmente, as opções tradutivas apresentadas não passaram despercebidas sob o olhar atento da pessoa responsável pela revisão, que substituiu os elementos problemáticos por elementos mais inclusivos – à exceção da expressão “um

profissional de saúde”, cuja marcação de género é muito difícil de evitar, exceto através de longas formulações como “Uma pessoa que desempenhe a função de profissional de saúde ao domicílio”. E, como apontado pelo supervisor de estágio na empresa, a tradução constante de termos curtos (como “health care professional”) para longas expressões (como “pessoa que desempenhe a função de profissional de saúde”) pode prejudicar a produtividade e consequente rentabilidade do trabalho, já que o pagamento efetuado às pessoas que traduzem é, frequentemente, baseado no número de palavras do texto de partida – ora, não admitindo que este deva ser o principal critério das decisões tradutivas que tomamos, é importante ter em consideração o aspeto da sustentabilidade económica da profissão.

Por outro lado, os documentos de um grau técnico mais elevado tornavam quase (senão totalmente) inviável a aplicação de uma linguagem inclusiva, já que os clientes ofereciam uma menor margem de manobra a quem traduzia estes textos (ao fornecerem materiais a serem seguidos meticulosamente) e, em alguns casos, a tradução tinha de ser aprovada por determinadas entidades da área da saúde, cujos critérios de avaliação cumprem um elevado rigor. Tomemos como exemplo a Tabela 12, relativa à tradução de uma bula para a utilização de um medicamento por profissionais de saúde. Neste caso, o cliente forneceu variados documentos e instruções a serem seguidos à letra, não havendo uma única frase neste trabalho que tenha sido traduzida de raiz; e a tradução seguiu depois para revisão por parte do INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, voltando mais tarde para a TIPS com as alterações a aplicar. Como referido, neste trabalho em específico, a margem de manobra enquanto profissional de tradução foi quase nula, tendo sido necessário seguir todos os documentos e suas estruturas fráscas, bem como as folhas de terminologia fornecidas. Assim, havia a obrigação de manter expressões marcadas em género como “mulheres grávidas” e “mãe”, ao invés de “pessoas gestantes” ou “pessoa gestante”, também presentes no texto de partida.

Tabela 12 – Excerto do trabalho 17

Número do trabalho: 17

Área de trabalho: Medicina		
Tipo de documento: Apresentação de produto		
Original	Tradução	Revisão
There are no data from the use of (...) in <u>pregnant women</u> . (...) is embryotoxic, foetotoxic, and teratogenic in rats. (...) should not be used during pregnancy unless clearly necessary and after a careful consideration of the needs of the <u>mother</u> and the risk to the foetus.	Não existem dados suficientes sobre a utilização de (...) em <u>mulheres grávidas</u> . A (...) é embriotóxica, fetotóxica e teratogénica em ratos. (...) não deve ser utilizado durante a gravidez a menos que seja claramente necessário e após cuidadosa consideração das necessidades da <u>mãe</u> e do risco para o feto.	Não existem dados sobre a utilização de (...) em <u>mulheres grávidas</u> . A (...) é embriotóxica, fetotóxica e teratogénica em ratos. (...) não deve ser utilizado durante a gravidez a menos que seja claramente necessário e após cuidadosa consideração das necessidades da <u>mãe</u> e do risco para o feto.
Proposta de linguagem inclusiva: Não existem dados sobre a utilização de (...) em <u>peçoas gestantes</u> . A (...) é embriotóxica, fetotóxica e teratogénica em ratos. (...) não deve ser utilizado durante a gravidez a menos que seja claramente necessário e após cuidadosa consideração das necessidades da <u>peçoas gestante</u> e do risco para o feto.		

No mesmo trabalho, deu-se outra situação com a qual discordámos da forma como foi necessário atuar e que dizia respeito a duas questões: uma assunção heteronormativa dos processos reprodutivos e uma desconsideração pelas pessoas que recorrem a outros métodos de fertilização (ambos marcados através da utilização de linguagem que considera a existência obrigatória de *uma mulher* e de *um parceiro* para a reprodução) – ora, como sabemos, existem outros tipos de casais não normativos, bem como nem sempre a pessoa que intervém na reprodução propriamente dita é uma das pessoas que

integra o casal (*parceiro*), senão uma terceira pessoa (como no caso em que se recorre à doação de ovócitos/espermatozoides). Por ser um material que tem como público-alvo específicos profissionais de saúde, que trabalham com o mais diverso conjunto de pacientes (desde pessoas situadas dentro ou fora do binário de género a pessoas de diferentes sexualidades), e nos mais variados ambientes (desde hospitais a clínicas de fertilidade), é importante que a mensagem seja redigida (e traduzida) de forma a garantir a máxima segurança destas pessoas e reduzir a possibilidade de sofrerem qualquer tipo de preconceito que prejudique o seu usufruto de cuidados de saúde. A proposta de linguagem inclusiva que se segue pode ser “menos natural”, mas cumpre a sua função de representatividade.

Tabela 13 - Excerto 2 do trabalho 17

Número do trabalho: 17		
Área de trabalho: Medicina		
Tipo de documento: Apresentação de produto		
Original	Tradução	Revisão
<u>Women</u> of childbearing potential must be advised to avoid becoming pregnant whilst <u>they</u> or their <u>male partner</u> are receiving (...) and have to use effective contraception during and up to 3 months after treatment.	<u>As mulheres</u> com potencial para engravidar devem ser aconselhadas a evitar ficarem grávidas enquanto <u>elas</u> ou <u>o seu parceiro</u> estiverem a ser submetidos a tratamento com (...) e têm de utilizar métodos contraceptivos eficazes durante e até 3 meses após o tratamento.	<u>As mulheres</u> com potencial para engravidar devem ser aconselhadas a evitar ficarem grávidas enquanto <u>elas</u> ou <u>o seu parceiro</u> estiverem a ser submetidos a tratamento com (...) e têm de utilizar métodos contraceptivos eficazes durante e até 3 meses após o tratamento.

Proposta de linguagem inclusiva: As pessoas com potencial para engravidar devem ser aconselhadas a evitar engravidar enquanto elas ou a outra pessoa envolvida estiverem a ser submetidos a tratamento com (...) e têm de utilizar métodos contraceptivos eficazes durante e até 3 meses após o tratamento.

É importante mencionar que o cliente em questão foi, provavelmente, o cliente que mais material forneceu para a tradução deste documento, o que inicialmente causou muita satisfação e entusiasmo com o projeto – até então, nunca havíamos tido a experiência de traduzir algo com tamanho recurso a modelos fornecidos pelo cliente. No entanto, à medida que ia surgindo este tipo de expressões, cuja tradução tinha de seguir escrupulosamente os materiais de consulta, aumentava gradualmente a frustração com a falta de espaço concedido. Além disso, embora se compreenda a importância da marcação do sexo biológico em determinados contextos médicos, consideramo-la desnecessária em casos como estes, já que, como sabemos, existem pessoas gestantes que não se identificam enquanto mulheres, bem como outros cenários reprodutivos e cuja exclusão de um documento médico perpetua, ainda mais, o seu estado de invisibilidade e discriminação nos ambientes de saúde (Langer, 2011). De facto, não sabemos se todas as pessoas gestantes que participaram nos testes deste medicamento se identificam como mulheres ou se são heterossexuais, apenas que têm como sexo biológico o sexo feminino. E, como afirma Langer (2011), o reconhecimento e a utilização de uma linguagem que considere todas as pessoas é uma responsabilidade ética. Recentemente, a própria Direção Geral de Saúde (DGS), autoridade de saúde em Portugal, utilizou o termo inclusivo “pessoas que menstruam”, alvo de enorme polémica, no seu questionário sobre a saúde menstrual em Portugal (DGS, n.d.) – provando que a mudança social no sentido da inclusão está efetivamente a acontecer e que a utilização de linguagem inclusiva começa a ser adotada de forma generalizada entre entidades. Espera-se que, num futuro próximo, este tipo de linguagem seja efetivamente adotado de forma generalizada pelas restantes entidades relacionadas com a área da Medicina e do Direito.

Em jeito de conclusão do presente capítulo, podemos afirmar que a tradução pode desempenhar um papel fundamental na aplicação e disseminação de uma linguagem mais inclusiva, o que por sua vez justifica o seu estudo aprofundado, bem como a análise de estratégias para a sua adoção, que tenham em conta a manutenção da produtividade e consequente rentabilidade do trabalho de tradução nas mais diversas áreas. Ora, se no aspeto pessoal, bem como no académico, já existia um grande interesse nos estudos de género, o estágio na TIPS possibilitou o contacto direto com a vertente prática da área da tradução e consequente aplicabilidade dos aspetos teóricos das discussões de género nesta área. Este contacto direto com a indústria da tradução e suas possibilidades e limitações no que diz respeito à linguagem inclusiva enriqueceram imensamente as perspetivas conhecidas até então, comprovando, acima de tudo, que a sua aplicabilidade não é tão utópica quanto presumido, e que existe, na indústria, margem de manobra para a mesma. Resta dizer, também, que todas estas experiências teriam sido impossíveis sem uma equipa como a da TIPS, cuja componente humana possibilitou um ambiente de trabalho simultaneamente seguro e desafiante, onde havia espaço de crescimento, aprendizagem e melhoria, e cuja experiência na área e sensibilidade a esta temática possibilitou o acesso e conhecimento de várias estratégias já aplicadas pela empresa no seu quotidiano. Os comentários construtivos por parte da equipa às traduções elaboradas foram também essenciais na construção de uma identidade enquanto profissional de tradução, no que diz respeito aos valores e ética de trabalho, e no gradual desenvolvimento da confiança nas competências adquiridas; restando a certeza de que estas aprendizagens farão parte dos percursos futuros, a nível pessoal e profissional.

Considerações Finais

No presente relatório, deu-se a oportunidade de expor a experiência de estágio realizado na TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda., começando por apresentar o percurso académico que o precedeu e as motivações para a realização de um estágio curricular, passando para a justificação da escolha desta empresa e a sua descrição. No segundo capítulo, apresentámos os dados relativos a esta experiência, relatando o regime de trabalho, descrevendo os procedimentos da empresa, os

trabalhos realizados e expondo determinados desafios sentidos nesta primeira integração no mercado da tradução, culminando com uma apreciação geral do estágio. No terceiro capítulo, por sua vez, abordámos a temática da linguagem inclusiva, um dos principais interesses revelado a partir desta experiência de estágio, definindo este conceito e enquadrando-o no contexto histórico, social e teórico das áreas do feminismo, da linguística e da tradução. Tomando partido do princípio de que a língua e, conseqüentemente, a linguagem, têm o poder de refletir, transformar, projetar e negociar a nossa realidade e a nossa identidade individual e coletiva, é defendido ao longo do presente relatório que a tradução tem o potencial de desempenhar a função de agente de disseminação e normalização da linguagem inclusiva, o que por sua vez pode influenciar a sua utilização generalizada pela população e, conseqüentemente, levar a mudanças linguísticas que favoreçam a mudança social. Defendemos também que, além de motivações sociais, existem razões económicas e comerciais para adotar uma linguagem inclusiva nas traduções, já que o interesse por parte das entidades e instituições em captar o maior número de pessoas e alargar o seu público e consumidores se reflete num crescente interesse em adotar uma linguagem mais representativa nos processos de redação e tradução. Para participar nesta mudança social e dar resposta às novas tendências comerciais, acreditamos ser essencial o estudo de estratégias de aplicação de linguagem inclusiva, que direcionem quem traduz no sentido da deteção de possíveis problemas de marcação de género e no desenvolvimento de soluções para as mesmas, agilizando a sua aplicação e mantendo a produtividade e conseqüente rentabilidade do seu trabalho. Tais estratégias foram documentadas e ilustradas através de excertos de trabalhos elaborados sob a alçada da TIPS ao longo do presente relatório, concluindo-se que o principal motor da linguagem inclusiva é, efetivamente, a criatividade.

Referências Bibliográficas

- Baker, M. (2013). Translation as an alternative space for political action. *Social Movement Studies*, 12(1), 23-47. <https://doi.org/10.1080/14742837.2012.685624>
- Bowker, L., & Fisher, D. (2010). Computer-aided translation. In Y. Gambier, & L. v. Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies: Volume 1* (pp. 60-65). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/hts.1.comp2>
- Brownlie, S. (2010). Committed approaches and activism. In Y. Gambier, & L. v. Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies: Volume 1* (pp. 45-48). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/hts.1.comm2>
- Bucholtz, M. (2014). The feminist foundations of language, gender, and sexuality research. In S. Ehrlich, & M. Meyerhoff, & J. Holmes (Eds.), *The handbook of language, gender, and sexuality* (2ª edição, pp. 23-47). John Wiley & Sons, Ltd. <https://escholarship.org/content/qt6cz7k5s8/qt6cz7k5s8.pdf>
- Busby, K. (1989). The maleness of legal language. *Manitoba Law Journal*, 18(2), 191-212. <https://www.canlii.org/en/commentary/doc/1989CanLIIDocs155#!fragment//BQCwhgziBcwMYgK4DsDWszlQewE4BUBTADwBdoByCgSgBpltTCIBFRQ3AT0otokLC4EbDtyp8BQkAGU8pAELcASgFEAMioBqAQQByAYRW1SYAEbRS2ONWpA>
- Cao, D. (2010). Legal translation. In In Y. Gambier, & L. v. Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies: Volume 1* (pp. 191-195). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/hts.1.leg1>
- Carvalho, J. M. S., & Nogueira, S., & Martins, N. (2023). Inclusivity and corporate social responsibility in marketing. *Innovative Marketing*, 19(1), 1-12. [http://dx.doi.org/10.21511/im.19\(1\).2023.01](http://dx.doi.org/10.21511/im.19(1).2023.01)
- Caughie, P. L. (2010). Introduction: Theorizing the 'first wave' globally. *Feminist Review*, 95(1), 5-9. <https://doi.org/10.1057/fr.2009.63>
- Conselho Económico e Social. (2021). *Manual de linguagem inclusiva*. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/12-Manual-de-Linguagem-Inclusiva-CES.pdf>

- Direção-Geral da Saúde. (n.d.). “Vamos falar de menstruação?”: DGS lança questionário. Consultado a 6 de agosto de 2024. <https://www.dgs.pt/em-destaque/vamos-falar-sobre-menstruacao-dgs-lanca-questionario.aspx>
- European Language Industry Survey. (2024). *European language industry survey 2024: Trends, expectations and concerns of the European language industry*. Consultado a 3 de setembro de 2024. <https://elis-survey.org/wp-content/uploads/2024/03/ELIS-2024-Report.pdf>
- Erdocia, I. (2022). Participation and deliberation in language policy: The case of gender-neutral language. *Current Issues in Language Planning*, 23(4), 435-455. <https://doi.org/10.1080/14664208.2021.2005385>
- Ergun, E. (2010). Bridging across feminist translation and sociolinguistics. *Language and Linguistics Compass*, 4(5), 307-318. <https://doi.org/10.1111/j.1749-818X.2010.00208.x>
- Fischer, J. D. (2009). Framing gender: Federal appellate judges’ choices about gender-neutral language. *University of San Francisco Law Review*, 43(3), 473-506. https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/usflr43&id=479&men_tab=srchresults
- Flotow, L. v. (2010). Gender in translation. In Y. Gambier, & L. van Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies: Volume 1* (pp. 129-133). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/hts.1.gen1>
- Gagnon, C. (2010). Political translation. In Y. Gambier, & L. v. Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies: Volume 1* (pp. 252-256). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/hts.1.pol1>
- Gouadec, D. (2010). Quality in translation. In Y. Gambier, & L. van Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies: Volume 1* (pp. 270-275). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/hts.1.qua1>
- Gouveia, M. C. F. (2005). A categoria gramatical de género do português antigo ao português atual. In G. M. Rio-Torto, & O. M. Figueiredo, & F. Silva (Eds.), *Estudos*

em homenagem ao professor doutor Mário Vilela (I e II volumes) (pp. 527-544).
Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
<https://hdl.handle.net/10316/13383>

Hord, L. C. R. (2016). Bucking the linguistic binary: Gender neutral language in English, Swedish, French, and German. *Western Papers in Linguistics/Cahiers Linguistiques de Western*, 3(1), https://ojs.lib.uwo.ca/index.php/wpl_clw/article/view/966/456

Hornsby, J. (2000). Feminism in philosophy of language: Communicative speech acts. In M. Fricker & J. Hornsby (Eds.), *The Cambridge Companion to Feminism in Philosophy* (pp. 1-17). Cambridge University Press.
https://www.researchgate.net/publication/36725433_Feminism_in_philosophy_of_language_communicative_speech_acts

Infopédia. (n.d.) Amo. Língua portuguesa. Consultado a 8 de agosto de 2024.
<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/amo>

Langer, S. J. (2011). Gender (dis)agreement: A dialogue on the clinical implications of gendered language. *Journal of Gay and Lesbian Mental Health*, 15(1), 300-307.
<https://doi.org/10.1080/19359705.2011.581194>

Leal, D., & Freitas, J. P., & Magalhães, S., & Matias, M. (2023). *Guia para a utilização de linguagem inclusiva*.
[https://www.up.pt/portal/documents/76/Guia para a Utiliza%C3%A7%C3%A3o de Linguagem Inclusiva.pdf](https://www.up.pt/portal/documents/76/Guia_para_a_Utiliza%C3%A7%C3%A3o_de_Linguagem_Inclusiva.pdf)

Litosseliti, L. (2013). *Gender and language: Theory and practice*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203784792>

Malinowska, A. (2020). Waves of feminism. In K. Ross, & I. Bachmann, & V. Cardo, & S. Moorti, & M. Scarcelli (Eds.), *The international encyclopedia of gender, media, and communication* (pp. 1-7). John Wiley & Sons, Inc.
<https://doi.org/10.1002/9781119429128.iegmc096>

McKinlay, A. (2010). Performativity: From J.L. Austin to Judith Butler. In P. Armstrong, & G. Lightfoot (Eds.), *'The leading journal in the field': Destabilizing authority in the*

social sciences of management (pp. 119-142). MayFlyBooks.
<https://mayflybooks.org/wp-content/uploads/2010/12/9781906948092TheLeadingPublicationInTheField.pdf>

Nord, C. (2010). Functionalist approaches. In Y. Gambier, & L. van Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies: Volume 1* (pp. 120-128). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/hts.1.fun1>

Parlamento Europeu (2018). *Linguagem neutra do ponto de vista do género no parlamento europeu*.
https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf

Pauwels, A. (2003). Linguistic sexism and feminist linguistic activism. In J. Holmes, & M. Meyerhoff (Eds.), *The handbook of language and gender* (pp. 550-570). Blackwell Publishing. <https://doi.org/10.1002/9780470756942.ch24>

Pessotto, A. L. (2019). Língua para todes: Um olhar formal sobre a expressão do género gramatical no português e a demanda pela língua(gem) inclusiva. *Revista Artémis*, 28(1), 160-178. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v28n1.41827>

Popa-Wyatt, M. (2020). Reclamation: Taking back control of words. *Grazer philosophische Studien*, 97(1), 159-176. <https://doi.org/10.1163/18756735-09701009>

Sendén, M. G., & Bäck, E. A., & Lindqvist, A. (2015). Introducing a gender-neutral pronoun in a natural gender language: The influence of time on attitudes and behavior. *Frontiers in Psychology*, 6(893), <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00893>

TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda.(n.d.-a). *Ficha técnica*. TIPS significa tradução em português. Consultado a 7 de agosto de 2024.
<https://www.tips.pt/pdfs/Tips.pdf>

- TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda. (n.d.-b). *Ficha técnica /// Qualidade*. TIPS significa tradução em português. Consultado a 7 de agosto de 2024. <https://www.tips.pt/pdfs/Qualidade.pdf>
- Toro, C. (2018). Gender neutral drafting: Gender equality or an unnecessary burden?. *IALS Student Law Review*, 5(1), 34-40. <https://doi.org/10.14296/islr.v5i1.2821>
- United Nations. (n.d.). *Guidelines for gender-inclusive language in English*. <https://www.un.org/en/gender-inclusive-language/guidelines.shtml>
- Van der Tuin, I. (2010). The arena of feminism: Simone de Beauvoir and the history of feminism. In I. Van der Tuin, & R. Buikema (Eds.), *Doing gender in media, art and culture* (pp. 7-23). Routledge. http://jmporquer.com/wp-content/uploads/2019/11/2019_EdG_Van-der-Tuin_Doing-gender.pdf
- Van Wyke, B. (2010). Ethics and translation. In Y. Gambier, & L. van Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies: Volume 1* (pp. 111-115). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/hts.1.eth1>
- Venuti, L. (1995). Invisibility. In S. Bassnett, & A. Lefevere (Eds.), *The translator's invisibility: A history of translation* (pp. 1-42). Routledge. <https://library.navoiy-uni.uz/files/the%20translator's%20invisibility.pdf>
- Xavier, L. G. (2010). A língua portuguesa em evolução: Os acordos ortográficos. *Exedra*, 9(1). https://www.researchgate.net/profile/Lola-Xavier/publication/378519139_A_lingua_portuguesa_em_evolucao_os_Acordos_Ortograficos/links/65de0fb2e7670d36abe2e813/A-lingua-portuguesa-em-evolucao-os-Acordos-Ortograficos.pdf

Anexos

Anexo 1 – Lista de trabalhos realizados

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
1	1	06/02/2024, 07/02/2024, 08/02/2024, 09/02/2024, 12/02/2024, 14/02/2024, 15/02/2024	12277	Tradução	EN > PT	I	Direito	Documento jurídico
2	2	14/02/2024	942	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Apresentação de produto
3	3	14/02/2024 e 15/02/2024	978	Tradução	EN > PT	I	Comércio	Manual de instruções
4	4	16/02/2024	90	Tradução	EN > PT	I	Comércio	Lista

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
5	5	16/02/2024	2962	Tradução	EN > PT	H	Tecnologia	Apresentação de produto
6	4	19/02/2024	286	Tradução	EN > PT	I	Comércio	Apresentação de produto
7	5	19/02/2024 e 20/02/2024	509	Tradução	EN > PT	H	Marketing	Apresentação de produto
8	6	19/02/2024	448	Tradução	EN > PT	F	Formação	Material institucional
9	5	20/02/2024	190	Tradução	EN > PT	H	Marketing	Apresentação de produto
10	7	20/02/2024	406	Tradução	EN > PT	A	Química	Ficha de dados de segurança

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
11	8	20/02/2024 e 21/02/2024	219	Tradução	EN > PT	I	Comércio	Ficha de dados de segurança
12	9	21/02/2024 e 22/02/2024	1365	Pós-edição	EN > PT	J	Comércio	Apresentação de produto
13	10	22/02/2024 e 23/02/2024	1326	Tradução	EN > PT	I	Marketing	Apresentação de produto
14	5	23/02/2024	752	Tradução	EN > PT	H	Tecnologia	Apresentação de produto

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
15	11	23/02/2024, 26/02/2024, 27/02/2024, 28/02/2024, 29/02/2024, 01/03/2024	7335	Tradução	EN > PT	I	Indústria	Manual de instruções
16	8	29/02/2024	160	Tradução	EN > PT	I	Indústria	Apresentação de produto
17	12	01/03/2024, 04/03/2024, 05/03/2024	6631	Tradução	EN > PT	K	Medicina	Apresentação de produto
18	13	05/03/2024 e 06/03/2024	599	Pós-edição	EN > PT	I	Marketing	Apresentação de produto

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
19	2	06/03/2024	824	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Apresentação de produto
20	13	06/03/2024 e 07/03/2024	330	Pós-edição	EN > PT	I	Formação	Apresentação de processo
21	13	07/03/2024	684	Pós-edição	EN > PT	I	Tecnologia	Apresentação de produto
22	14	07/03/2024 e 08/03/2024	286	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Videojogo
23	15	08/03/2024 e 11/03/2024	680	Pós-edição	EN > PT	G	Tecnologia	Correspondência

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
24	16	08/03/2024 e 11/03/2024	216	Tradução	EN > PT	K	Comércio	Manual de instruções
25	13	11/03/2024	559	Pós-edição	EN > PT	I	Marketing	Apresentação de produto
26	17	11/03/2024 e 12/03/2024	853	Tradução	EN > PT	I	Formação	Legendagem
27	18	12/03/2024	178	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Videojogo
28	13	12/03/2024	252	Pós-edição	EN > PT	I	Tecnologia	Apresentação de produto
29	13	13/03/2024 e 14/03/2024	719	Pós-edição	EN > PT	I	Tecnologia	Apresentação de produto

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
30	19	13/03/2024	N/A	Diversa	EN > PT	B	Tecnologia	Correspondência
31	20	13/03/2024 e 14/03/2024	1317	Tradução	EN > PT	I	Medicina	Apresentação de processo
32	13	14/03/2024 e 15/03/2024	862	Pós-edição	EN > PT	I	Tecnologia	Correspondência
33	4	14/03/2024 e 15/03/2024	134	Tradução	EN > PT	I	Comércio	Apresentação de produto
34	21	15/03/2024 e 18/03/2024	1553	Pós-edição	ES > PT	I	Direito	Documento jurídico

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
35	15	15/03/2024	509	Pós-edição	EN > PT	G	Tecnologia	Software
36	22	18/03/2024, 19/03/2024, 21/03/2024, 22/03/2024, 25/03/2024	7713	Pós-edição	EN > PT	I	Direito	Documento jurídico
37	23	19/03/2024	204	Tradução	EN > PT	D	Setor público e organizações	Material institucional

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
38	24	20/03/2024 e 21/03/2024	1805	Tradução	EN > PT	D	Tecnologia	Videojogo
39	9	22/03/2024	257	Tradução	EN > PT	J	Indústria	Software
40	25	22/03/2024	669	Tradução	EN > PT	I	Outros	Legendagem
41	15	25/03/2024	309	Pós-edição	EN > PT	G	Tecnologia	Software
42	4	25/03/2024	148	Tradução	EN > PT	I	Automóvel	Apresentação de produto
43	7	25/03/2024 e 26/03/2024	706	Tradução	EN > PT	A	Química	Ficha de dados de segurança
44	7	26/03/2024	448	Tradução	EN > PT	A	Química	Ficha de dados de segurança

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
45	26	26/03/2024	32	Tradução	EN > PT	E	Direito	Apresentação de produto
46	15	27/03/2024	293	Pós-edição	EN > PT	G	Tecnologia	Software
47	23	27/03/2024	188	Tradução	EN > PT	D	Setor público e organizações	Material institucional
48	27	27/03/2024	315	Tradução	EN > PT	I	Automóvel	Legendagem
49	2	27/03/2024	313	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Texto promocional
50	26	28/03/2024	104	Tradução	EN > PT	E	Direito	Documento jurídico
51	2	28/03/2024	333	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Texto promocional
52	7	28/03/2024	395	Tradução	EN > PT	A	Química	Ficha de dados de segurança

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
53	28	28/03/2024 e 01/04/2024	354	Tradução	EN > PT	I	Medicina	Correspondência
54	2	01/04/2024	263	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Correspondência
55	29	01/04/2024	435	Tradução	EN > PT	D	Setor público e organizações	Correspondência
56	5	01/04/2024	509	Tradução	EN > PT	H	Tecnologia	Software
57	5	01/04/2024 e 02/04/2024	N/A	Diversos	EN > PT	B	Tecnologia	Software
58	26	02/04/2024	198	Tradução	EN > PT	E	Direito	Documento jurídico

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
59	15	02/04/2024	590	Pós-edição	EN > PT	G	Tecnologia	Página web
60	30	02/04/2024 e 03/04/2024	817	Tradução	EN > PT	I	Formação	Correspondência
61	31	03/04/2024	823	Tradução	EN > PT	I	Medicina	Apresentação de produto
62	2	03/04/2024	288	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Texto promocional
63	7	03/04/2024 e 04/04/2024	661	Tradução	EN > PT	A	Química	Ficha de dados de segurança
64	5	04/04/2024 e 05/04/2024	1269	Tradução	EN > PT	H	Tecnologia	Correspondência

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
65	2	05/04/2024	600	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Texto promocional
66	7	05/04/2024	377	Tradução	EN > PT	A	Química	Ficha de dados de segurança
67	13	05/04/2024	728	Pós-edição	EN > PT	I	Direito	Apresentação de produto
68	5	05/04/2024 e 08/04/2024	423	Tradução	EN > PT	H	Tecnologia	Página web
69	23	08/04/2024	128	Tradução	EN > PT	D	Setor público e organizações	Correspondência
70	32	08/04/2024	511	Tradução	EN > PT	I	Tecnologia	Videojogo

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
71	13	08/04/2024	1522	Pós-edição	EN > PT	I	Direito	Apresentação de produto
72	19	08/04/2024 e 09/04/2024	165	Tradução	DE > PT	I	Indústria	Apresentação de produto
73	15	09/04/2024	722	Pós-edição	EN > PT	G	Tecnologia	Página web
74	4	09/04/2024	563	Tradução	EN > PT	I	Comércio	Apresentação de produto
75	7	09/04/2024	533	Tradução	EN > PT	A	Química	Ficha de dados de segurança
76	33	10/04/2024	975	Tradução	EN > PT	I	Medicina	Outra

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
77	34	10/04/2024 e 11/04/2024	647	Tradução	DE > PT	I	Indústria	Lista
78	13	11/04/2024	1617	Pós-edição	EN > PT	I	Direito	Apresentação de produto
79	7	11/04/2024	433	Tradução	EN > PT	A	Química	Ficha de dados de segurança
80	13	11/04/2024	128	Pós-edição	EN > PT	I	Tecnologia	Inquérito
81	35	11/04/2024, 12/04/2024, 17/04/2024, 18/04/2024	1137	Tradução	DE > PT	I	Direito	Documento jurídico
82	15	12/04/2024	291	Pós-edição	EN > PT	G	Tecnologia	Página web

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
83	35	12/04/2024	774	Tradução	EN > PT	I	Direito	Documento jurídico
84	13	12/04/2024 e 15/04/2024	376	Pós-edição	EN > PT	I	Comércio	Apresentação de produto
85	5	15/04/2024 e 16/04/2024	N/A	Diversos	EN > PT	B	Outra	Outra
86	36	16/04/2024	393	Tradução	EN > PT	I	Marketing	Apresentação de produto
87	37	16/04/2024 e 17/04/2024	1453	Tradução	EN > PT	L	Tecnologia	Apresentação de produto

Número do trabalho	Cliente	Data de realização	Número de palavras	Tarefa	Par linguístico	Ferramenta de apoio à tradução	Área	Tipologia de documento
88	15	17/04/2024	118	Pós-edição	EN > PT	G	Tecnologia	Apresentação de processo
89	2	17/04/2024	930	Tradução	EN > PT	C	Tecnologia	Texto promocional
90	4	17/04/2024	516	Tradução	EN > PT	I	Automóvel	Apresentação de produto
91	4	18/04/2024	282	Tradução	EN > PT	I	Comércio	Apresentação de produto
92	38	18/04/2024	80	Tradução	EN > PT	I	Comércio	Apresentação de produto

Apêndices

Apêndice 1 – Protocolo de Estágio

**Protocolo de cooperação para a realização do “Estágio” do 2º
ciclo de estudos em Tradução e Serviços Linguísticos
Ano letivo 2023/2024**

Pinto
ITF
f. p. pinto
JP
GOt

1. Introdução

O presente protocolo é celebrado entre a **Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, adiante designada por FLUP, a **TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda.**, adiante designada por instituição de estágio, e o estudante do 2º ciclo de estudos em Tradução e Serviços Linguísticos da FLUP **Mariana Pimenta Pinto**, adiante designada/o por Estagiário, no âmbito da realização do presente trabalho de Estágio.

Oficializa a cooperação entre as instituições e o Estagiário supra identificados e estabelece os seus principais deveres e direitos, com vista ao melhor aproveitamento, por parte dos mesmos, das potencialidades científicas, técnicas e humanas envolvidas na realização do trabalho de Estágio.

2. Duração e enquadramento do Estágio

Nos termos do *Regulamento Geral de 2º Ciclos de Estudos da Universidade do Porto (GR.02/06/2014, de 6 de junho de 2014)*, os Estágios deverão cumprir a apresentação de relatório final, em ato público. No âmbito do presente Ciclo de Estudos, o Estudante deverá cumprir um total de 375 horas de estágio.

O estágio, de natureza curricular, é realizado nas instalações da IE, sitas na Rua Soares dos Reis, 1030, 4130-247, V. N. Gaia. Enquadra-se nas normais atividades da instituição de estágio, devendo resultar no desenvolvimento do relatório final elaborado no final do estágio.

3. Resumo do trabalho previsto

Para este Estágio é definido um plano detalhado para a concretização de um programa de trabalhos que se anexa a este protocolo.

4. Período de duração do Estágio

O Estágio decorre entre o dia 05 de fevereiro de 2024 e o dia 16 de abril de 2024.

O Estágio decorrerá nos dias úteis, reservando-se, sempre que se justifique, pelo menos um dia por mês para realização de reuniões de acompanhamento na Faculdade com o respetivo Orientador, nos termos do estipulado no plano de estudos.

5. Pessoal envolvido no acompanhamento do Estágio

O estudante é orientado por um supervisor da Instituição de Estágio e acompanhado por um orientador indicado entre o corpo docente da FLUP, com o qual reúne regularmente, para que o trabalho cumpra com o especificado no programa de trabalhos previamente acordado pelas duas partes e permita a sua apresentação em provas públicas.

6. Obrigações dos diversos intervenientes

6.1. De - Instituição de Estágio

A Instituição de estágio:

1. Fica isenta de conceder ao Estagiário qualquer espécie de remuneração pelo trabalho específico de estágio, mas pode, se assim o entender, fornecer apoio financeiro ao estagiário;
2. Compromete-se a, por princípio, não atribuir ao estagiário, tarefas que não se enquadrem ou não sejam adequadas, ao programa de formação acordado;
3. Deve igualmente:
 - a) Indicar um supervisor.
 - b) Aceitar o Estagiário e proporcionar-lhe as condições de trabalho necessárias para a realização do Estágio.
 - c) Facilitar ao Estagiário a informação indispensável inerente à própria Instituição para o estágio, assim como de tecnologias da sua propriedade ou de terceiros, a utilizar.
 - d) Autorizar a divulgação, em âmbito adequado, da informação envolvida no Estágio, na forma de apresentações na FLUP, de acordo com os números 2 da secção 6.2.
 - e) Emitir parecer sobre o desempenho do estagiário.

6.2. Da FLUP

1. Cabe à FLUP assegurar que o estagiário possui, através desta, o seguro escolar pago aquando da primeira prestação da propina.
2. Cabe à FLUP, na pessoa do Diretor do ciclo de estudos:
 - a) Assegurar as condições necessárias ao bom acompanhamento do Estagiário por parte do Orientador da FLUP.
 - b) Assegurar as condições necessárias à realização da apresentação final do relatório de Estágio e sua avaliação.

Paulo
IT
Paulo
GT

6.3. Do Orientador da FLUP

Cabe ao Orientador da FLUP:

1. Participar em todas as reuniões de acompanhamento, no mínimo de três, com o Estagiário e, preferencialmente, com a Instituição de Estágio.
2. Acompanhar e avaliar o trabalho em desenvolvimento, de forma a garantir, por um lado, a sua exequibilidade e, por outro, a sua dignidade como trabalho de Estágio.
3. Tomar as devidas providências em caso de ocorrência de problemas no decorrer do Estágio, nomeadamente participando os factos ao Diretor do ciclo de estudos.
4. Orientar o Estagiário no desenvolvimento do trabalho e na escrita do relatório autorizando a entrega deste quando a qualidade atingida seja a desejada.
5. Participar na apresentação final do relatório de Estágio, integrando o júri de avaliação definido no respetivo regulamento.
6. Dar opinião acerca das componentes do Estágio em avaliação, com vista à atribuição da classificação final do mesmo.

6.4. Do Estagiário

São deveres do Estagiário durante o seu período de estágio:

1. Desempenhar com zelo e diligência as suas funções, respeitando sempre o restante pessoal da instituição de estágio.

2. Respeitar os horários definidos, com assiduidade, assim como outras regras internas da instituição de estágio.
3. Elaborar os planos de trabalho e relatórios julgados necessários dentro dos prazos estipulados na ficha UC do SIGARRA.
4. Escrever um relatório final de Estágio, assim como realizar uma apresentação pública do trabalho desenvolvido, sob a orientação e aprovação do Orientador.
5. Sujeitar-se à avaliação do Estágio nas componentes:
 - a. Trabalho Desenvolvido
 - b. Relatório Final
 - c. Apresentação Oral e Defesa

7. Disposições não incluídas no presente protocolo

Não se consideram incluídas no presente protocolo quaisquer disposições relativas a eventuais pagamentos a efetuar pela Instituição de Estágio ao Estagiário, a título de remuneração, subsídios ou outras formas de retribuição, pela realização do Estágio. Essas disposições, caso existam, devem ser objeto de acordo específico celebrado entre a Instituição de Estágio e o Estagiário.

8. Validade

O presente protocolo é válido a partir da data da última assinatura até à data da apresentação final do Estágio.

9. Sigilo

O Estagiário, bem como o Orientador de estágio que, no âmbito das atividades de estágio, tomem conhecimento de informações de natureza confidencial ou reservada, ficarão obrigados à conservação do sigilo sobre as mesmas.

10. Revogação

Os contraentes poderão, a todo o tempo, revogar o presente protocolo, desde que o desenvolvimento do estágio se apresente lesivo do funcionamento normal da instituição de estágio ou por incumprimento dos objetivos e plano de estágio fixados.

Feito em triplicado (três exemplares originais, sendo um para a FLUP, outro para a Instituição de estágio e outro para o/a Estagiário/a).

Porto, 5 de Janeiro de 2024

**Diretora da Faculdade de
Letras da UP**

Prof.ª Doutora Paula Pinto
Couto



Instituição de Estágio

Assinado por: **Gisela Maria Barbosa
de Morais Couto**
Num. de identificação: 08552497
Data: 2024.02.07 13:51:38+00'00'
Certificado por: **SCAP**.
Atributos certificados: **Gerente de
TIPS - Tradução, Interpretação e
Prestação de Serviços, Lda.**

Dra. Gisela Couto



Estagiário

Estudante Mariana Pimenta
Pinto



Orientador da FLUP

Prof.ª Doutora Joana
Guimarães



**Supervisor da Instituição de
Estágio**

Dr. Diogo José Ribeiro
Gonçalves



Apêndice 2 – Plano de Estágio

PLANO DE ESTÁGIO

Ao longo do período de estágio, serão proporcionadas oportunidades para adquirir conhecimentos e desenvolver competências no âmbito da atividade quotidiana da empresa. Assim, em função do perfil do estagiário, serão propostas tarefas diversificadas, nos pares linguísticos em que for proficiente, em várias áreas temáticas: técnico-científica, jurídico-económica, marketing, entretenimento, entre outras.

O leque de tarefas a realizar é também ele diverso. Será dada preponderância às tarefas específicas de tradução, pós-edição e localização, mas estão abrangidas outras que com elas se relacionam:

- Tradução;
- Pós-edição;
- Revisão;
- Localização de software;
- Verificação de qualidade;
- Transcrição;
- Legendagem;
- Gestão de projetos;
- Alinhamento de textos;
- Manutenção de memórias de tradução;
- Gestão de bases de dados terminológicas.

As tarefas serão realizadas com recurso a diferentes programas informáticos de apoio à tradução, de acordo com as práticas da empresa.

O estagiário desempenhará as suas funções em estreita colaboração com os elementos que integram a equipa interna.

Apêndice 3 – Declaração de conclusão de estágio curricular

TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda.



Declaração de conclusão de estágio curricular

Para os devidos efeitos se declara que **Mariana Pimenta Pinto**, aluna do curso de Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, realizou estágio curricular entre os dias 5 de fevereiro e 18 de abril de 2024, na empresa TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda., como definido em protocolo próprio, assinado por ambas as entidades.

O estágio visou a integração da estagiária num centro de produção real de uma empresa de tradução, cabendo-lhe a adaptação progressiva a este meio, com vista a contribuir de forma positiva para o mesmo. A face mais visível de uma boa integração passa pela execução de um volume significativo de traduções de várias áreas de especialidade, utilizando os meios e recursos disponibilizados para o efeito.

Durante o estágio, a aluna executou com bastante interesse os trabalhos de tradução, pós-edição, bem como outros serviços linguísticos lhe foram propostos. Demonstrou muito bom domínio das línguas de trabalho e grande capacidade para utilizar os conhecimentos linguísticos na resolução dos desafios de tradução colocados por projetos de áreas muito diversas. Empenhou-se em aprofundar as capacidades técnicas necessárias para utilizar múltiplas ferramentas informáticas, desde as utilizadas para gestão de informação e comunicação às utilizadas nas diferentes fases do processo de tradução.

Teve acesso às versões corrigidas do seu trabalho, versões que utilizou de forma muito eficaz como instrumento de aprendizagem, o que favoreceu o desempenho nas tarefas posteriores. Mostrou-se empenhada, responsável, interessada e motivada. A estagiária evoluiu de forma positiva ao longo do tempo, pelo que consideramos que se encontra bem preparada para se iniciar no mundo da tradução profissional.

Vila Nova de Gaia, 6 de setembro de 2024

Pela instituição de estágio,

Assinado por: **Gisela Maria Barbosa de Moraes Couto**
Num. de identificação: 08552497
Data: 2024.09.06 19:54:01+0100



TIPS MEANS TRANSLATION INTO PORTUGUESE

Contribuinte nº 503 257 273 /// Capital social 5000 Euros /// Inscrita na 2ª CRC do Porto sob o nº 51 408
Rua Soares dos Reis, nº 1030, sala 43, 4430-240 V. N. Gaia Portugal
Telf. +351 227 11 3 1 83 / +351 937 970 394 /// E-mail: management@tips.pt /// Web: www.translationintoportuguese.com

Apêndice 4 – Autorização de utilização de material para o relatório de estágio curricular

TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda.



Autorização de utilização de material para o relatório de estágio curricular

Para os devidos efeitos, se declara que a empresa de tradução TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda. teve conhecimento do conteúdo deste relatório e que autorizou **Mariana Pimenta Pinto**, aluna do 2º ano do curso de Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a incluí-lo no seu relatório de estágio, com vista à submissão deste à avaliação curricular requerida.

Não obstante, a nota de confidencialidade constante do relatório e respetivos termos de utilização devem ser respeitados e cumpridos.

Vila Nova de Gaia, 6 de setembro de 2024

Pela instituição de estágio,

Assinado por: **Gisela Maria Barbosa de Moraes Couto**
Num. de Identificação: 08552497
Data: 2024.09.06 19:53:06+01'00'



TIPS MEANS TRANSLATION INTO PORTUGUESE

Contribuinte nº 503 257 273 /// Capital social 5000 Euros /// Inscrita na 2ª CRC do Porto sob o nº 51 408
Rua Soares dos Reis, nº 1030, sala 43, 4430-240 V. N. Gaia Portugal
Telf. +351 227 11 3 1 83 / +351 937 970 394 /// E-mail: management@tips.pt /// Web: www.translationintoportuguese.com

Apêndice 5 – Nota de confidencialidade

TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda.



Nota de confidencialidade

Para todos os efeitos, a TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda. é a única proprietária de todos os materiais produzidos por **Mariana Pimenta Pinto**, no âmbito do estágio realizado nesta empresa. Este direito não é transferido para a estagiária, nem para qualquer entidade a quem o relatório de estágio seja entregue, ou que tenha acesso a ele, ou aos referidos materiais, por qualquer meio, ou com qualquer estatuto.

Nenhuma das informações contidas nesta versão impressa do relatório do estágio, ou em qualquer versão eletrónica do mesmo, pode ser utilizada para outros fins que não a apresentação do relatório final de estágio curricular, do ano letivo de 2023/2024, no âmbito do curso de Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos, para avaliação da estudante. A reprodução e/ou utilização, total ou parcial, dos conteúdos e materiais constantes do relatório é expressamente proibida. Além disso, a estudante não está autorizada a divulgar o relatório de estágio, utilizando-o em entrevistas ou em processos de seleção por empresas do mesmo sector de atividade ou outros.

Para uma eventual utilização das informações supracitadas, deverá existir a autorização expressa, por escrito, da empresa de tradução TIPS – Tradução, Interpretação e Prestação de Serviços, Lda., bem como da autora deste relatório de estágio.

Vila Nova de Gaia, 6 de setembro de 2024

Pela instituição de estágio,

Assinado por: **Gisela Maria Barbosa de Morais**
Couto
Num. de Identificação: 08552497
Data: 2024.09.06 19:54:42+01'00'



TIPS MEANS TRANSLATION INTO PORTUGUESE

Contribuinte nº 503 257 273 /// Capital social 5000 Euros /// Inscrita na 2ª CRC do Porto sob o nº 51 408
Rua Soares dos Reis, nº 1030, sala 43, 4430-240 V. N. Gaia Portugal
Telf. +351 227 11 3 1 83 / +351 937 970 394 /// E-mail: management@tips.pt /// Web: www.translationintoportuguese.com